

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**ANÁLISE DA GESTÃO DE CAIXA:
UM ESTUDO FEITO EM UMA EMPRESA PETROQUÍMICA**

Adriano Lima de Medeiros

Orientador: Prof. Dr. André Luís Martinewski

Porto Alegre, Agosto de 2007

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo elaborar um estudo da situação financeira da empresa ABC Elastômeros. A análise foi feita através do modelo dinâmico de análise financeira, que possibilitou mensurar as variáveis Necessidade de Capital de Giro, Saldo de Tesouraria, Capital Circulante Líquido, Capital de Giro Próprio e Termômetro da Situação Financeira. Além disso, foi elaborado também os Demonstrativo do Fluxo de Caixa, de modo a analisar quais as principais causas que afetaram a situação financeira da empresa durante o período de dezembro de 2003 a abril de 2007. Foram coletados dados através dos Demonstrativos Contábeis, e também através de entrevistas com os gestores financeiros da empresa, a fim de buscar melhor esclarecimento das informações obtidas nos relatórios. A análise demonstrou que a empresa passou de uma situação financeira sólida para uma situação financeira insatisfatória durante o período de análise, tendo como principal motivo a redução do Capital de Giro. Tal redução foi devido ao aumento do ativo não cíclico que teve a conta de Impostos a Recuperar como principal fator desse aumento e a redução do passivo não cíclico devido ao grande volume de Dividendos distribuídos. Além disso, constatou-se que a empresa buscou recursos de curto prazo para suprir a falta de caixa, que foi gerada por ativos de longo prazo, comprometendo sua liquidez. Entretanto a empresa está estudando uma maneira de reverter tal situação onde irá buscar recursos de longo prazo junto a outras empresas do grupo.

Palavras-chave: capital de giro, análise dinâmica, fluxo de caixa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----------|
| ILUSTRAÇÃO 1: Demonstrativo de Fluxo de Caixa..... | 31 |
| ILUSTRAÇÃO 2: Demonstrativo de Fluxo Líquido de Caixa | 33 |
| ILUSTRAÇÃO 3: Gráfico da participação dos Impostos a Recuperar no Ativo Não Cíclico..... | 44 |
| ILUSTRAÇÃO 4 – Gráfico do Efeito Tesoura | 47 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----------|
| TABELA 1 – Tipo de Estrutura e Situação Financeira | 29 |
| TABELA 2 – Significado dos Itens do DFCL | 35 |
| TABELA 3 – Índices do DFCL | 35 |
| TABELA 4 – Variáveis da Análise Dinâmica | 41 |
| TABELA 5 – Demonstrativo de Fluxo Líquido de Caixa da ABC | 48 |
| TABELA 6 – Índices do Fluxo Líquido de Caixa da ABC | 49 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Ativo Cíclico

ACC – Antecipação de Contrato de Cambio

ACF – Ativo Circulante Financeiro

ACO – Ativo Circulante Operacional

AP – Ativo Permanente

CDG – Capital de Giro

CGP – Capital de Giro Próprio

DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

DFLC – Demonstrativo de Fluxo Líquido de Caixa

ELP – Exigível a Longo Prazo

FLP – Financiamento de Longo Prazo

NCG – Necessidade de Capital de Giro

PC – Passivo Cíclico

PCF – Passivo Circulante Financeiro

PCO – Passivo Circulante Operacional

PP – Passivo Permanente

RLP – Realizável a Longo Prazo

T – Saldo de Tesouraria

TSF – Termômetro da Situação Financeira

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| Problema | 12 |
| Justificativa | 13 |
| Objetivos..... | 14 |
| Objetivo Geral | 14 |
| Objetivos Específicos..... | 15 |
| 1 ANÁLISE DA GESTÃO DE CAIXA..... | 16 |
| 1.1 Gestão do Capital de Giro..... | 16 |
| 1.1.1 Método Dinâmico de Análise de Capital de Giro..... | 17 |
| 1.1.2 Ativos e Passivos Operacionais, Financeiros e Permanentes | 18 |
| 1.1.3 Capital de Giro ou Capital Circulante Líquido..... | 20 |
| 1.1.4 Exigível a Longo Prazo | 22 |
| 1.1.5 Necessidade de Capital de Giro..... | 22 |
| 1.1.6 Saldo de Tesouraria e o Termômetro da Situação Financeira..... | 24 |
| 1.1.7 Tipos de Estruturas Financeiras..... | 25 |
| 1.2 Fluxo de Caixa | 28 |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 37 |
| 2.1 Tipo de Pesquisa | 37 |
| 2.2 Coleta e Metodologia de Análise | 38 |
| 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 40 |
| 3.1 Análise das Variáveis | 40 |

| | | |
|------------|---|-----------|
| 3.2 | Análise do Demonstrativo de Fluxo de Líquido de Caixa..... | 47 |
| | CONCLUSÃO..... | 52 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 54 |

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Grupo ABC

É um grupo industrial de abrangência internacional, formado por um grande número de empresas instaladas, em sua maioria, em países da Europa, Ásia e dos Estados Unidos. A sua sede localiza-se em Heerlen, na Holanda.

Engloba treze divisões que compreendem 69 unidades de negócios, tendo como principal atividade a produção de petroquímicos básicos, plásticos, resinas, elastômeros (borracha sintética), princípios ativos de medicamentos, ingredientes para panificação, ciências da vida, produtos intermediários para fibras sintéticas, química fina e fertilizantes. Desenvolve ainda atividades na prospecção e extração de petróleo e gás natural no Mar do Norte.

Seu volume de negócios nas áreas de alimentação, vestuário, habitação, saúde, comunicações, transporte e lazer, superam os sete bilhões de dólares. Além disso, emprega 22 mil pessoas no mundo.

ABC Elastômeros

Dentre as treze divisões do Grupo, está a ABC Elastômeros que produz e comercializa borracha sintética e borracha termoplástica.

A ABC no Brasil

A planta petroquímica da ABC no Brasil iniciou suas atividades em 1988, a qual pertencia na época à XYZ SA. Sua tecnologia de produção era licenciada pela Japan Synthetic Rubber. Em 1996 a divisão de Elastômeros da ABC adquiriu a planta petroquímica da XYZ SA. Com a nova aquisição, a ABC tornou-se líder mundial na produção e venda de borracha sintética. Através de melhorias e modificações sucessivas em sua planta, atingiu em 2006 a capacidade de produção de 40.000 ton/ano. Está localizada no III Pólo Petroquímico do Sul em Triunfo, RS e possui escritório de vendas em São Paulo - SP. É a única empresa produtora de elastômeros da América do Sul e sua participação nas vendas no mercado Sul Americano é de 70%. Conta atualmente com cerca de 110 empregados diretos e 100 indiretos.

INTRODUÇÃO

O objetivo primordial do gestor empresarial é a busca constante de bons resultados para a empresa que administra, fim esse que se atinge através da maximização do patrimônio para os acionistas. Para que isso aconteça, um dos fatores principais é o resultado de boas decisões, cujo administrador ao tomá-las deve estar apoiado em boas informações sobre o mercado em que atua, bem como do negócio que administra.

Dentro desse contexto, o Administrador Financeiro tem um papel relevante. Segundo Matarazzo (1997), o administrador financeiro tem como função orientar as decisões de investimento e financiamento que serão tomadas pelos dirigentes da empresa, e Ross (2002) salienta também a importância de se identificar a interação entre as decisões de investimento e financiamento.

Para isso, o administrador financeiro precisa utilizar-se de técnicas e métodos de análise que lhe proporcionem uma avaliação mais precisa da posição financeira da empresa.

Para Assaf Neto (1997), uma importante metodologia de estudo da posição de equilíbrio de uma empresa, é aquela que identifica as efetivas necessidades de capital de giro, bem como o volume de investimento operacional em giro adequado a seu equilíbrio financeiro. Segundo o autor, esse método de análise foi introduzido em publicações no Brasil pelo Prof. Michel Fleuriet. Tal técnica tem como base a distinção dos ativos e passivos circulantes em itens operacionais (ou cíclicos) e financeiros (ou erráticos). Este

método, conhecido pela capacidade de medir a necessidade de capital de giro, permite conhecer e avaliar com razoável precisão técnica, devido ao seu caráter dinâmico de análise, a estrutura financeira das empresas.

Outra importante metodologia de análise é a que se faz através dos Demonstrativos de Fluxos Caixa (DFC). Segundo Ross (2002), as variações do saldo da conta caixa podem ser explicadas através das dessa demonstrações.

Com relação a isto, Matarazzo (1997) criou o que ele denominou de Demonstração de Fluxo Líquida de Caixa (DFLC). Através desta demonstração é possível extrair importantes informações sobre o comportamento financeiro da empresa em determinado exercício. Tal fluxo de caixa é elaborado de forma a permitir uma série de relações e avaliações referente à capacidade de pagamento da empresa e à administração financeira.

Portanto, essa dissertação terá como base a aplicação de tais metodologias de análise através de um estudo de caso em uma empresa produtora de borracha sintética. Este estudo buscará analisar como foi a administração de caixa da empresa, a fim de elaborar um diagnóstico de sua situação financeira, bem como das principais causas que contribuíram para tal situação.

Problema

Como se comportou a situação financeiras da ABC Elastômeros e quais as principais causas que contribuíram para tal situação durante o período de dezembro de 2003 a abril de 2007?

Justificativa

Estudar uma técnica de análise financeira, de maneira a aplicá-la em uma situação real, contribui tanto para o desenvolvimento da própria técnica, como também para o administrador financeiro. Os benefícios disso são o aperfeiçoamento das análises financeiras das empresas, e uma melhor qualidade das informações por essas geradas, de maneira a dar melhor sustentabilidade à tomada de decisão.

Dentro desse enfoque, Assaf Neto (1997) evidencia a crescente necessidade de material de estudo que está sendo determinada pela evolução do ensino de Finanças, principalmente os que possuem conteúdo conceitual e operacional direcionado para os problemas na gestão das empresas.

O autor salienta também, que o equilíbrio financeiro das empresas está ligado à administração do capital de giro, e que esta área vem sendo cada vez mais reconhecida por isso, pois tem participação decisiva no sucesso dos negócios.

Além disso, Matarazzo (1997) evidencia outro ponto importante onde destaca que a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa tem grande utilidade para a análise do desempenho financeiro de uma empresa.

No caso da empresa escolhida para a aplicação desse estudo, percebe-se uma crescente participação de capital de terceiros, os quais são adquiridos através de empréstimos de curto prazo, tais como antecipações de contrato de câmbio (ACC). Estes por serem periodicamente renovados, passam a serem muitas vezes considerados como empréstimos de longo prazo pelos gestores. Entretanto, deve-se levar em conta que isto só é possível enquanto os bancos estiverem dispostos a renovar essa dívida, o que evidencia um

possível risco de liquidez. Mas o mais importante é saber o que está levando a empresa a tomar esses empréstimos e qual o impacto disso em seu caixa.

Por isso, e com o foco nestas idéias, essa dissertação tem como base a aplicação do método dinâmico de análise financeira através da análise das Necessidades de Capital de Giro, bem como do desenvolvimento do Demonstrativo de Fluxo de Caixa. Através desses métodos, será feita uma análise da gestão de caixa da empresa. Tal estudo se justifica pelo fato que muitas vezes o administrador financeiro de empresas, não dá a importância necessária à administração do capital de giro, ou mesmo desconhecem, por falta de informação adequada, os reflexos que algumas decisões tem sobre o caixa da empresa.

Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho será elaborar um estudo da situação financeira da empresa ABC Elastômeros, através do modelo dinâmico de análise financeira e através da elaboração do Demonstrativo do Fluxo de Caixa, de modo a analisar quais as principais causas que afetaram a situação financeira da empresa durante o período de dezembro de 2003 a abril de 2007.

Objetivos Específicos

- a) Mensurar as variáveis; Capital de Giro, Necessidade de Capital de Giro, Saldo de Tesouraria, Capital de Giro Próprio e Termômetro da Situação Financeira;
- b) Identificar os tipos de estruturas e situações financeiras da empresa;
- c) Elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa do período em estudo; e
- d) Verificar e analisar as principais causas que influenciaram a situação financeira da empresa naquele período.

Este trabalho será desenvolvido em 4 capítulos. No capítulo 1 “Análise da Gestão de Caixa”, serão abordados os estudos já realizados sobre o tema capital de giro e sobre demonstrações de fluxo de caixa. Pretende-se com isso, buscar o embasamento teórico do trabalho onde serão demonstradas, de maneira resumida, as técnicas que serão aplicadas neste estudo de caso. No capítulo 2 “Procedimentos Metodológicos” será descrito detalhadamente como os objetivos desse trabalho serão alcançados. No capítulo 3 “Análise dos Resultados”, serão descritos e analisados os resultados encontrados, através da aplicação das técnicas de análise propostas pelo trabalho, a fim de explicar a situação financeira da empresa durante o período estudado. E por fim, no capítulo 4 “Conclusões” serão revistos os principais resultados encontrados na pesquisa, de maneira a compará-los com os objetivos desse trabalho, buscando verificar se a questão do trabalho foi respondida. Neste último capítulo ainda, serão apresentadas também sugestões para a continuidade do trabalho, bem como para novas pesquisas visando o aperfeiçoamento das análises financeiras.

1 ANÁLISE DA GESTÃO DE CAIXA

Este capítulo será desenvolvido com base nos conceitos teóricos de diversos autores sobre o assunto análise da gestão de caixa. Na primeira parte desse capítulo será elaborado todo o conceito de gestão de capital de giro com ênfase na análise dinâmica desenvolvida por Fleuriet et al. (2003). Na segunda parte será focado o conceito sobre fluxo de caixa, bem como as técnicas para sua elaboração e análise, sendo enfatizado o Demonstrativo de Fluxo Líquido de Caixa (DFLC) desenvolvido por Matarazzo (1997).

1.1 Gestão do Capital de Giro

Para Braga (1989), a administração do capital de giro está relacionada com a gestão dos ativos e passivos circulantes e com as inter-relações entre esses grupos patrimoniais. Além disso, o autor diz que a administração do capital de giro visa preservar a liquidez da empresa envolvendo um processo contínuo de tomada de decisões.

A gestão do capital de giro é extremamente dinâmica exigindo a atenção diária dos executivos financeiros. Qualquer falha nesta área de atuação poderá comprometer a capacidade de solvência da empresa e/ou prejudicar a sua rentabilidade. (Braga, 1991, p.1)

Veras Machado et al. (2006) diz que a administração do capital de giro tem como objetivo maximizar o valor gerado pelos itens circulantes da empresa, sendo que este processo consiste do planejamento, da organização, da liderança e de controle de pessoas e de recursos.

E Assaf Neto (1997) complementa o conceito dizendo que a administração do capital de giro encontra-se inserida dentro do contexto de tomada de decisões financeiras das empresas, de maneira a esclarecer como as organizações geram, aplicam e gerenciam seus recursos financeiros. Em resumo, constitui num conjunto de regras que tem por finalidade preservar a saúde financeira da empresa.

1.1.1 Método Dinâmico de Análise de Capital de Giro

Segundo Fleuriet et al. (2003) a estrutura tradicional dos balanços de uma empresa possui dois critérios de classificação. O primeiro critério é aquele que distingue as contas do ativo e do passivo verticalmente, de modo que as contas do ativo representam as aplicações de fundos, enquanto que as contas do passivo representam as origens dos fundos. Já o segundo critério de classificação agrupa as contas do ativo e do passivo horizontalmente seguindo a ordem de disponibilidade decrescente de acordo com os prazos das aplicações e das origens dos fundos.

Entretanto, o autor ressalta que a classificação horizontal da apresentação tradicional se mostra inadequada para uma análise dinâmica da situação econômica e financeira da empresa. Isto se deve ao fato que algumas contas do ativo e do passivo são constantemente renovadas de acordo com o desenvolvimento das operações. Por isso o

autor sugere uma nova classificação dessas contas, onde são enfatizados os ciclos econômico e financeiro da empresa.

Esta nova classificação tem como base a distinção de seus ativos e passivos circulantes em itens operacionais (ou cíclicos) e financeiros (ou erráticos).

Para Assaf Neto (1997) esse método além de proporcionar uma avaliação mais analítica da posição financeira da empresa, permite identificar as efetivas necessidades de capital de giro.

E para concluir, Veras Machado et al. (2006) enfatiza que, com base nessa reclassificação, consegue-se extrair às variáveis utilizadas na análise dinâmica do capital de giro, que são: necessidade de capital de giro (NCG), saldo de tesouraria (T), capital circulante líquido (CCL), capital de giro próprio (CGP), financiamento de longo prazo (FLP) e termômetro da situação financeira (TSF).

1.1.2 Ativos e Passivos Operacionais, Financeiros e Permanentes

De acordo com Fleuriet et al. (2003), em uma análise de curto prazo, algumas contas apresentam movimentação lenta, quando analisadas em relação ao conjunto ou isoladamente, podendo ser consideradas permanentes ou não cíclicas. Já outras apresentam um movimento contínuo ou cíclico, pois estão relacionadas com o ciclo operacional da empresa. E por fim, existem aquelas contas que apresentam um movimento descontínuo ou errático, pois não estão relacionadas diretamente às operações do negócio

Assaf Neto (1997) resume de maneira bem clara como é feita essa classificação dos ativos e passivos em Operacionais (Cíclicos), Financeiros (Erráticos) e Permanentes (não cíclicos). Segundo o autor a classificação das contas tem as seguintes características:

- a) **Ativo circulante financeiro ou errático** – não tem vínculo direto com o ciclo operacional da empresa. Significando que não apresenta um comportamento preestabelecido, variando em função da conjuntura e do risco liquidez que a empresa deseja assumir;
- b) **Ativo circulante operacional ou cíclico** – seus valores mantêm estreita relação com a atividade operacional da empresa. Estes elementos são diretamente influenciados pelo volume produção e vendas e estão ligados diretamente ao ciclo operacional da empresa;
- c) **Ativo permanente ou não cíclico** – são os valores caracterizados como de longo prazo ou não circulante. Inclui os direitos a receber a longo prazo e o ativo permanente propriamente dito;
- d) **Passivo circulante financeiro ou errático** – não representam vínculo direto com a atividade operacional da empresa. Os valores como, por exemplo, dívidas de curto prazo junto a instituições financeiras e outras obrigações fazem parte dessa classificação. Alterações das atividades operacionais da empresa não repercutem diretamente sobre o passivo financeiro ou errático;
- e) **Passivo circulante operacional** – estão relacionadas diretamente ao ciclo operacional da empresa e representa as obrigações de curto prazo. A

formação dessas contas possui similaridade com as contas do ativo circulante operacional e representam as dívidas de funcionamento (operacional) da empresa;

- f) **Passivo permanente ou não cíclico** – essas contas compõe as fontes de financiamento a longo prazo próprias e de terceiros, tendo importância no equilíbrio financeiro de uma empresa, pois financiam as necessidades permanentes de recursos.

1.1.3 Capital de Giro ou Capital Circulante Líquido

Conforme Braga (1989), o capital de giro corresponde aos recursos aplicados no ativo circulante, que tem em sua formação básica os estoques, contas a receber e disponibilidades.

Num sentido mais amplo, o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado. (Assaf Neto, 1997, p. 15).

Segundo Veras Machado et al. (2006), o Capital Circulante Líquido (CCL) representa a fonte de fundos permanente que tem por finalidade financiar a necessidade de capital de giro (NCG).

Fleuriet et al. (2003) resume o conceito de capital de giro como sendo a diferença entre o passivo permanente (PP), que corresponde às contas não cíclicas do passivo, e o ativo permanente (AP), que corresponde às contas não cíclicas do ativo.

Desta maneira tem-se a seguinte equação:

$$\mathbf{CDG = PP - AP}$$

Este autor ainda elucida o conceito de capital de giro da seguinte forma:

- a) O capital de giro tem o mesmo valor que o capital circulante líquido (CCL), definido no sentido financeiro clássico como a diferença entre o ativo e o passivo circulantes. Entretanto através da análise dinâmica seu cálculo é diferente, mas os resultados são os mesmos.
- b) O capital de giro por não se tratar de uma definição legal, mas sim um conceito financeiro, constitui uma fonte de fundos permanente utilizada para financiar a Necessidade de Capital de Giro.

Outro aspecto importante, ressaltado por Matarazzo (1997), é a composição do CCL. Segundo o autor o Patrimônio Líquido cobre todo o Ativo Permanente e tem uma parte investida no Ativo Circulante¹ sendo essa parcela denominada de Capital de Giro Próprio (CGP).

Desta maneira o autor evidencia que o CCL é composto por dois tipos de recursos:

- a) Capital de Giro Próprio = $PL - (AP - RLP)$ e
- b) Capital Circulante de Terceiro = ELP.

¹ Segundo Matarazzo (1997), não se pode, a rigor, dizer que o Patrimônio líquido esteja investido no Ativo Permanente e que o Passivo Circulante esteja investido no Ativo Circulante. Entretanto, essa forma de abordagem é altamente elucidativa e didática.

Diante disto, pode-se chegar a seguinte equação:

$$\mathbf{CGP = CCL - ELP}$$

1.1.4 Exigível a Longo Prazo

Segundo Veras Machado et al. (2006), quando a variável ELP é positiva, significa que há a presença de origens ou aplicações de recursos de terceiros longo prazo financiando as atividades operacionais da empresa. Já o contrário, quando ela é negativa, quer dizer que há aplicações de longo prazo exigindo recursos para financiá-las, os quais podem vir através do CGP ou de terceiros de curto prazo.

Considerando a composição do CCL vista no item anterior, onde sua composição se dá pela soma do CGP e do ELP, a variável ELP pode ser calculada da seguinte maneira:

$$\mathbf{ELP = CCL - CGP}$$

1.1.5 Necessidade de Capital de Giro

Fleuriet et al. (2003), explica que NCG é um conceito econômico-financeiro e não uma definição legal de modo que a sua medida pode variar de acordo com as informações que os analistas financeiros dispõem sobre os ciclos econômicos e financeiros das empresas.

Matarazzo (1997) enfatiza que a NCG é a chave para administração financeira de uma empresa e que nenhuma análise econômico-financeira de empresas produtiva pode prescindir de abordá-la.

Segundo este autor, após a reclassificação dos Ativos Circulantes e Passivo Circulante em Operacionais e Financeiros, os dados estão prontos para que seja apurado a NCG.

Assaf Neto (1997) explica que quando a atividade operacional da empresa cria um fluxo de saídas de caixa mais rápido que o da entrada, identifica-se claramente uma necessidade permanente de investimento em capital de giro, que é apurada pela diferença existente entre os ativos e passivos cíclicos ou operacionais, ou seja:

$$\text{NCG} = \text{ACO} - \text{PCO}$$

Diante dessa equação, Matarazzo (1997) resume as situações básicas que ocorrem numa empresa, com relação ao ACO/PCO conforme segue:

- a) $\text{ACO} > \text{PCO}$ – é a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para a qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de financiamento;
- b) $\text{ACO} = \text{PCO}$ – neste caso a NCG é igual a zero e portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para o giro;
- c) $\text{ACO} < \text{PCO}$ – a empresa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão da planta fixa.

A NCG depende basicamente da natureza e do nível de atividade dos negócios da empresa, sendo sensível às modificações que ocorrem na economia. A natureza dos negócios determina seu ciclo financeiro, enquanto o nível de atividade é função das vendas. (VERAS MACHADO et al., 2006, p. 142)

1.1.6 Saldo de Tesouraria e o Termômetro da Situação Financeira

Segundo Veras Machado et al. (2006), o saldo de tesouraria (T) identifica o quanto a empresa utiliza-se de recursos de terceiro para financiar suas necessidade de capital de giro. O autor diz também que (T) pode ser calculado através da diferença entre o ativo circulante financeiro (ACF) e o passivo circulante financeiro (PCF) de modo que se tem a seguinte equação:

$$T = ACF - PCF$$

Além da equação acima, Fleuriet et al. (2003), diz que o T é um valor residual da diferença entre o capital de CDG e a NCG.

$$T = CDG - NCG$$

O autor também complementa evidenciando que quando o capital de giro for insuficiente para financiar a necessidade de capital de giro o saldo de tesouraria é negativo.

Para Assaf Neto (1997), quando T é negativo, significa que a empresa está financiando parte de suas necessidade de longo prazo ou permanentes com recursos de curto prazo, significando que a renovação das dívidas possuem maior dependência financeira. Ao contrário, quando T é positivo, significa que a empresa possui sobra de recursos financeiros que estão disponíveis para aplicações diversas.

Um saldo de tesouraria positivo e elevado não significa necessariamente uma condição desejável para as empresa, pelo contrário, pode significar que a empresa não esteja aproveitando as oportunidades de investimento propiciadas por sua estrutura financeira, caso em que o saldo de tesouraria “engorda” por falta de um estratégia dinâmica de investimentos. (VERAS MACHADO et al., 2006, p. 142).

Além disso, Fleuriet et al. (2003) evidencia a importância do acompanhamento do saldo de tesouraria, a fim de evitar que permaneça constantemente negativo e crescente, pois isto demonstra uma estrutura financeira inadequada, mostrando uma maior dependência de empréstimos de curto prazo o que por consequência aumenta o risco de insolvência.

Esse crescimento negativo e constante do saldo de tesouraria, que é proporcionado por um aumento da NCG em proporções maiores do que o crescimento do CDG, é denominado pelo autor como Efeito Tesoura.

Veras Machado et al. (2006) complementa a importância do acompanhamento do saldo de tesouraria através de sua relação com a necessidade de capital de giro. O autor denomina essa relação de Termômetro da Situação Financeira (TSF).

Segundo o autor, o objetivo dessa variável é evidenciar o grau de participação dos recursos de terceiros de curto prazo no financiamento das necessidades de capital de giro. A partir dela pode-se medir a grandeza do saldo negativo de tesouraria em relação a necessidade de capital de giro bem como sua tendência ao longo do tempo. Por tanto, TSF é calculado pela seguinte equação:

$$\text{TSF} = \text{T/NCG}$$

1.1.7 Tipos de Estruturas Financeiras

Braga (1991) demonstra 6 tipos básicos de estrutura de balanço a partir da combinação das variáveis T, CCL e NCG cuja característica são descritas a seguir:

Estruturas do Tipo I – é o tipo de estrutura apresentado por empresas com excelente liquidez, devido a presença de recursos permanentes financiando o ativo circulante. Isso resulta em um CCL positivo, fazendo com que essas empresas consigam liquidar seus compromissos de curto prazo com facilidade. Além disso, os passivos cíclicos são maiores que os ativos cíclicos o que faz com sua NCG seja negativa. E por fim o saldo de tesouraria T é positivo, pois a diferença entre o ACF e o PCF é positiva.

Estrutura do Tipo II – Ao contrário da estrutura I esta apresenta NCG positiva pois os passivos cíclicos não cobrem as necessidades de financiamentos dos ativos circulantes cíclicos.

Além disso, este tipo de balanço apresenta recursos permanentes aplicados no capital de giro, e ainda permitem a manutenção de um saldo positivo de tesouraria indicando uma situação financeira sólida.

Estrutura do Tipo III – Este tipo de balanço indica situação financeira insatisfatória, pois apresenta CCL inferior à NCG. Empresas com estrutura do Tipo III possuem grande dependência de empréstimos de curto prazo para financiar suas operações.

À medida que cresce a diferença entre o CCL e a NCG, o saldo negativo da tesouraria aumenta também demonstrando sua vulnerabilidade financeira.

Estrutura do Tipo IV – Esta estrutura apresenta CCL negativo indicando que a os ativos circulantes da empresa estão sendo financiados com dividas de curto prazo o que revela um desequilíbrio entre as fontes e as aplicações de recursos.

Apesar de estar configurando uma situação financeira ruim, a empresa ainda pode obter crédito de curto prazo junto aos seus fornecedores ou banco mediante ao oferecimento de garantias adicionais.

Deve-se ressaltar que neste tipo de balanço há a ocorrência simultânea de NCG positiva e de CCL negativo indicando péssima situação financeira, podendo ter um agravamento caso haja expansão dos negócios, o que resultaria no crescimento do saldo negativo de tesouraria.

Empresas privadas com este tipo de balanço estariam à beira da falência, a menos que seus acionistas controladores pudessem fornecer-lhe algum tipo de apoio externo.

Estrutura do Tipo V – Apesar de neste tipo de balanço a situação financeira ser muito ruim, esta se apresenta menos grave do que o tipo IV. Isto se deve ao fato de que em sua estrutura a presença de passivos de funcionamento excedem às necessidades de recursos para financiar os ativos circulantes operacionais. Isto ameniza os efeitos negativos sobre o saldo de tesouraria.

Estrutura do Tipo VI – Neste tipo de estrutura percebe-se que a empresa poderia estar desviando recursos excedentes de curto prazo para ativos não circulantes de forma a manter um saldo positivo de tesouraria . Uma situação como esta dificilmente se mantida por muito tempo, pois uma queda no volume de vendas poderia esgotar rapidamente a parcela excedente do PCC, invertendo o sinal da NCG e do saldo de tesouraria. Conforme o autor trata-se de um tipo de configuração que envolve alto risco de insolvência.

Veras Machado et al. (2006) resume de maneira clara os tipos de estrutura financeira apresentada por Braga (1991) conforme TABELA 1 abaixo:

TABELA 1 – Tipo de Estrutura e Situação Financeira.

| Tipo | CCL | NCG | T | Situação |
|-------------|------------|------------|----------|-----------------|
| I | + | - | + | Excelente |
| II | + | + | + | Sólida |
| III | + | + | - | Insatisfatória |
| IV | - | + | - | Péssima |
| V | - | - | - | Muito Ruim |
| VI | - | - | + | Alto Risco |

Fonte: Veras Machado et al (2006, p . 143), estruturado pelo autor.

1.2 Fluxo de Caixa

Assaf Neto (1997) evidencia que o objetivo básico da função financeira é prover a empresa recursos de caixa suficientes de modo a cumprir com os compromissos assumidos e promover a maximização de seus lucros.

Dentro desse contexto, o autor salienta que o fluxo de caixa se destaca como um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa, sendo indispensável ainda em todo o processo de tomada de decisões financeiras.

Além disso, o fluxo de caixa não deve ser uma preocupação exclusiva da área financeira, pois deve haver o comprometimento de todos os setores da empresa com os resultados líquidos de caixa.

Uma administração de fluxo de caixa adequada implica na obtenção de resultados positivos para a empresa, a qual deve ser focada como um segmento lucrativo para seus negócios.

Ross (2002) salienta que talvez o item mais importante que pode ser extraído das demonstrações financeiras seja o fluxo de caixa da empresa. Ele explica que a demonstração do fluxo de caixa ajuda a explicar as variações do saldo da conta caixa e é muito útil para o conhecimento do fluxo de caixa financeiro.

Entretanto no Brasil, ainda não há obrigatoriedade da divulgação da Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Segundo o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP N° 01/2007, no item 4.3 - Divulgação segundo as normas brasileiras e normas estrangeiras – explica que as companhias abertas vêm divulgando a DFC de forma suplementar às suas demonstrações contábeis, dando uma conotação de informação de natureza voluntária, ou seja, demonstrando que isso não é obrigatório. Apesar disso, Existe a obrigatoriedade para aquelas companhias que divulgarem essa informação no exterior, de divulgá-la no Brasil também. Essa obrigatoriedade existe para que não ocorra a divulgação de informações de forma privilegiada e assimétrica entre os diferentes mercados. Além disso, as companhias devem atentar, também, para que a divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa divulgada no Brasil seja a mesma divulgada no exterior, ou seja, tenha o mesmo formato e estrutura, para que não haja prejuízo ao entendimento do investidor.

Neste mesmo ofício ainda no item 4.2 é apresentado um resumo dos principais pontos da norma sobre a demonstração de fluxo de caixa segundo IAS 7. Aqui são apresentados os tópicos quanto aos objetivos e quanto a estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Quanto aos objetivos, resume-se que as informações dos fluxos de caixa deve fornecer uma base para avaliação da capacidade de geração e utilização desses fluxos de

forma estruturada por natureza de atividades, pois os usuários da empresa estão interessados em saber como a empresa gera caixa e equivalentes de caixa, e este interesse independe da natureza da empresa.

Quanto a estrutura, os seguintes tópicos devem ser usados em todos os fluxos de caixa: (i) atividades operacionais, (ii) de investimento e (iii) de financiamento. Essa classificação permite avaliar o efeito das atividades sobre o montante de caixa e equivalentes de caixa.

Dentro desse enfoque de estrutura, Ross (2002) salienta que a determinação da variação do saldo de caixa pode ser calculada em três etapas como mostrado a seguir:

- a) A primeira etapa é o cálculo do fluxo de caixa produzido pelas atividades operacionais;
- b) A segunda etapa consiste na realização de um ajuste em função do fluxo de caixa associado a atividades de investimentos; e
- c) A terceira e última etapa envolve um ajuste em função do fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento.

A ILUSTRAÇÃO 1 ilustra de maneira clara a três etapas mencionadas acima para a demonstração do fluxo de caixa.

ILUSTRAÇÃO 1 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

| Demonstração do fluxos de caixa |
|--|
| Operações |
| Lucro líquido |
| Depreciação |
| Impostos diferidos |
| Variações de ativos e passivos |
| Contas a receber |
| Estoques |
| Contas a pagar |
| Despesas a pagar |
| Títulos a pagar |
| Outros |
| Fluxo total de caixa das operações |
| Atividade de investimento |
| Aquisições de ativos imobilizados |
| Vendas de ativos imobilizados |
| Fluxo total de caixa de atividades de investimento |
| Atividades de financiamento |
| Resgate de dívidas (incluindo títulos a pagar) |
| Produto de venda de títulos de dívida a longo prazo |
| Dividendos |
| Recompras de ações |
| Produto da venda de novas ações |
| Fluxo total de caixa de atividades de financiamento |
| Variações do saldo de caixa (no balanço) |

Fonte: Ross (2002, p. 53), estruturado pelo autor.

Dentro de contexto, Matarazzo (1997) destaca que de acordo com a utilidade que se pretende obter, existem duas demonstrações de fluxo de caixa:

- a) Demonstração das “Entradas e Saídas” de Caixa – DESC; e
- b) Demonstração do “Fluxo Líquido de Caixa” – DFLC.

A baixo destacamos as principais utilidades das DESC segundo Matarazzo (1997):

- a) Visa mostrar o confronto entre as entradas e saídas de caixa;
- b) Permite à administração decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los;

- c) É normalmente voltado para o futuro;
- d) A DESC passada só interessa para fins de comparação com a anteriormente prevista a fim de possibilitar o aprimoramento de sua elaboração;

Entretanto, a DESC não permite uma análise das causas da posição do caixa. Para isso, Matarazzo (1997) criou o que denominou de Demonstração de Fluxo Líquido de Caixa – DFLC.

Através dessa demonstração, é possível analisar o efeito de cada variável no caixa, tal como a Necessidade de Capital de Giro, expansão ou redução de atividade, realização de investimentos ou desmobilização, tomada ou amortização de financiamentos, aportes de capital etc.

Através da Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – DFLC, pode-se saber se a empresa foi auto-suficiente no financiamento de seu giro e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações.

Segundo este autor os principais objetivos da Demonstração de Fluxo Líquido de Caixa são:

- a) Avaliar alternativas de investimentos;
- b) Avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários;
- c) Avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a uma situação de iliquidez;
- d) Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

As principais informações extraídas dessa demonstração referem-se à capacidade financeira da empresa de:

- a) Autofinanciamento das operações (compra, produção e vendas);
- b) Independência do sistema bancário de curto prazo;
- c) Gerar recursos para manter e expandir o nível de investimento; e
- d) Amortizar dívidas bancárias de curto e longo prazo

Abaixo na ILUSTRAÇÃO 2 o modelo de DFCL proposto por Matarazzo (1997)

ILUSTRAÇÃO 2 – Demonstrativo de Fluxo Líquido de Caixa

| |
|--|
| Resultado do Exercício |
| (±) Ajustes (Despesas e receitas não caixa) |
| = GERAÇÃO DE CAIXA BRUTA |
| (±) Variação da Necessidade de Capital de Giro (NCG) |
| = GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA |
| (±) Variação de emprést. bancários de curto prazo |
| = GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA |
| (±) Variações de Itens permanentes de caixa |
| (±) Variações de Itens não corrente |
| = GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA |
| + Caixa Inicial |
| = Caixa Final |

Fonte: Matarazzo (1997, p. 378), estruturado pelo autor.

Matarazzo (1997) ainda salienta que a avaliação da DFCL não é tarefa simples visto que um número incontável de situações pode existir. sugere-se que sejam apreciadas,

sucesivamente, a Geração Bruta, a Geração Operacional, a Geração Corrente e a Geração Líquida de Caixa. Basicamente deve-se orientar a análise na avaliação do grau de independência da empresa em relação a financiamentos externos e a capacidade de autofinanciamento.

O autor propõe a seguinte seqüência de análise da DFCL:

Capacidade de financiamento da NCG: comparar a geração bruta de caixa com eventuais acréscimos da NCG, indicando a capacidade da empresa em financiar o crescimento da atividade comercial.

Capacidade de Pagamento de Dívidas Bancárias de Curto Prazo: comparar a geração operacional de caixa com o saldo inicial de empréstimos de curto prazo, indicando a capacidade da empresa em pagar tais empréstimos.

Capacidade de Investimentos: comparar a geração operacional de caixa em relação a acréscimos em itens permanentes, indicando a capacidade da empresa de efetuar investimentos com recursos próprios.

Capacidade de Amortização de Financiamentos: comparar a geração operacional de caixa deduzida da variação permanente de caixa com saldo inicial do Exigível a Longo Prazo. Isso indica a capacidade da empresa em amortizar financiamentos de longo prazo, com os recursos próprios, sem prejuízo dos investimentos em curso.

Na TABELA 2 pode-se ver o significado de cada item da DFCL e na TABELA 3 Matarazzo (1997) sugere alguns índices que podem ser extraídos após a elaboração do DFCL.

TABELA 2 – Significado dos Itens do DFLC

| Item | Revela | Representa recursos com os quais a empresa poderá: |
|---|---|---|
| A – GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA | O caixa gerado pelas atividades comerciais. | (1) financiar as operações de compra, produção e vendas; (2) pagar dívidas bancárias de curto prazo; (3) realizar investimentos; e (4) amortizar as dívidas de longo prazo. |
| B – GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA | O caixa gerado pelas operações incluindo variação da NCG. | (1) pagar dívidas bancárias de curto prazo; (2) realizar investimentos; e (3) amortizar dívidas de longo prazo. |
| C – GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA | O caixa gerado a curto prazo. | (1) realizar investimentos, e (2) amortizar dívidas de longo prazo. |
| D – SALDO POSITIVO DA GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA MENOS VARIAÇÃO DOS ITENS PERMANENTES DE CAIXA MAIS VARIAÇÃO DOS ITENS NÃO CORRENTES | O caixa gerado após a realização de investimentos. | (1) amortizar dívidas de longo prazo. |
| E – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | O caixa final gerado no exercício. | (1) reforçar sua posição de tesouraria. |

Fonte: Matarazzo (1997, p. 381), estruturado pelo autor.

TABELA 3 – Índices do DFLC

| | | |
|---|--|---|
| Capacidade de Financiamento NCG | $= \frac{\text{Geração Bruta de Caixa}}{\text{Variação NCG}} \times 100$ | Qual a capacidade da empresa em financiar o crescimento da atividade comercial |
| Capacidade de Pagamento de Dívidas Bancárias de Curto Prazo | $= \frac{\text{Geração Operacional de Caixa}}{\text{Saldo Inicial de E.B.B}} \times 100$ | Qual a capacidade da empresa em pagar empréstimos bancários de curto prazo |
| Capacidade de Investimentos | $= \frac{\text{Geração Operacional de Caixa}}{\text{Variação dos Itens Permanentes de Caixa}} \times 100$ | Qual a capacidade da empresa de efetuar investimentos com recursos próprios |
| Capacidade de Amortização de Financiamentos | $= \frac{(\text{Geração Operacional de Caixa} - \text{Variação Permanente de Caixa})}{\text{Saldo Inicial de ELP}} \times 100$ | Qual a capacidade da empresa em amortizar financiamentos de longo prazo, com recursos próprios, sem prejuízo dos investimentos em curso |

Fonte: Matarazzo (1997, p. 385), estruturado pelo autor.

Os conceitos vistos sobre fluxo de caixa finalizam este capítulo sobre a análise e gestão de caixa. Agora com base nestes conceitos teóricos, será elaborada a análise da gestão de caixa da ABC Elastômeros. No capítulo a seguir, será descrito detalhadamente como serão feitas todas as análises que visam atingir os objetivos desse estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Tipo de Pesquisa

Com base nos dois critérios básicos propostos por Vergara (2000) para classificar os tipos de pesquisa, tem-se para este trabalho a seguinte classificação:

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória pois procurou-se desenvolver um estudo da gestão de caixa da empresa através da análise dinâmica do capital de giro e da elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa, de maneira a desenvolver maior conhecimento sobre o assunto, e descritiva pois a pesquisa procura descrever como se comportou a situação financeira da empresa pesquisada e quais foram as principais causas das mudanças de sua situação financeira.

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa de estudo de caso, documental, bibliográfica e de campo. Estudo de caso pois a pesquisa foi limitada a empresa ABC Elastômeros Brasil, onde foi realizado um estudo detalhado e em profundidade sobre como a empresa administra seu caixa. Documental porque foram utilizados documentos restritos da empresa, tais como os demonstrativos contábeis referentes aos períodos de dezembro de 2003 a abril de 2007. Bibliográfica pois foi desenvolvido um estudo em materiais publicados em livro e artigos publicados na Internet, material esse disponível ao público em geral. E por fim, trata-se, ainda de uma pesquisa de campo, pois foram realizadas

entrevistas informais com os profissionais da área financeira e contábil da empresa a fim de esclarecer, com maior nível de detalhe, pontos relevantes encontrados na pesquisa documental.

2.2 Coleta e Metodologia de Análise

A análise dos dados foi realizada em quatro etapas. Primeiramente foi elaborada uma padronização dos balanços patrimoniais fornecidos pela empresa, sendo evidenciado as principais contas do ativo e do passivo, os quais abrangem o período entre dezembro de 2003 a abril de 2007. Utilizou-se o mês de dezembro de 2003 como ponto de corte porque a partir dessa data a empresa dispunha de um novo sistema, o qual possibilitou a geração de todos os relatórios no mesmo padrão. O final do período analisado foi o mês de abril de 2007 por ser o último mês em que a empresa dispunha das informações antes do início da análise deste trabalho, cujo objetivo foi elaborar uma análise mais atual da situação financeira da empresa.

Na segunda etapa, todas as contas do Balanço Patrimonial foram classificadas em contas erráticas, cíclicas e não-cíclicas, conforme o modelo dinâmico de análise de capital de giro proposto por Fleuri et al. (2003). Tais balanços estão apresentados no Anexo A.

Entretanto, deve-se observar que foi dado um tratamento diferenciado para a conta do ativo Impostos a Recuperar. Esta diferenciação no tratamento desta conta deve se ao fato deste ativo ter um ciclo maior que o ciclo operacional da empresa. Isso ocorre porque a ABC, por ser uma empresa exportadora, gera mais crédito de impostos do que débitos, resultando em saldos credores desses impostos no final da apuração. Mais adiante,

na análise deste trabalho, será explicado detalhadamente como esses créditos são gerados e o como eles afetam o caixa da empresa.

Na terceira etapa, após a classificação dos ativos e passivos, foram extraídas as variáveis, CDG (CCL), NCG,T, ELP e TSF de cada mês do período analisado. Com base nas variáveis foi possível classificar a empresa quanto aos tipos de estruturas e de situação financeira conforme propostos por Braga (1991). De posse destes dados, e com base na teoria, foi extraído as principais informações para a elaboração da análise.

E na quarta e última etapa desta análise, foi elaborado um Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC). Como não existe um modelo de DFC padrão, foi escolhido o modelo de Fluxo de Caixa proposto por Matarazzo (1997) por ser o que mais se adequava aos objetivos propostos para esse trabalho. Com base nisto, foi analisado e explicado as principais causas da situação financeira da empresa durante o período em estudo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Análise das Variáveis

A TABELA 4 mostra a evolução das variáveis a serem analisadas durante o período de dez/2003 a abr/2007.

Constata-se, conforme TABELA4, que a empresa apresentou, durante o período analisado, tanto CDG quanto NCG positivos, o que revelou a presença de recursos permanentes financiando o ativo cíclico. Cabe salientar também, que entre os períodos de dez/2003 a novembro de 2004, a NCG, apesar de positiva, foi inferior ao CDG. Isso demonstrou que nesse período, os passivos cíclicos foram suficientes para cobrirem as necessidades de financiamento dos ativos cíclico o que permitiu que o T se permanecesse com saldo positivo, resultando em uma situação financeira sólida.

Em dez/2004 houve uma queda do CDG e um aumento da NCG. Isso fez com que o valor do CDG ficasse abaixo da NCG resultando em um saldo de T negativo. Esta situação se estendeu também para o mês seguinte em jan/2005. Nesses períodos houve um aumento dos empréstimos de curto prazo, que foram adquiridos através de contratos de ACC. O principal motivo que resultou na queda do CDG foi gerado pelo resultado negativo que a empresa apresentou, os quais podem ser constatados através da conta Lucros ou

Prejuízos Acumulados que reduziu em 3,34%, reduzindo conseqüentemente o passivo não cíclico. Em contra partida, o aumento da NCG foi conseqüência principalmente do aumento no volume dos estoques de produto acabado e de matéria prima. O resultado dessas variações fez com que a empresa passasse de uma situação financeira sólida para uma situação financeira insatisfatória.

TABELA 4 – Variáveis da Análise Dinâmica

| Período | Variáveis (R\$/mil) | | | | | | Situação Financeira |
|---------|---------------------|--------|---------|--------|-----|---------------|---------------------|
| | CDG (CCL) | NCG | T | CGP | ELP | TSF = (T±NCG) | |
| dez/03 | 53.621 | 44.081 | 9.541 | 53.621 | - | 22% | Sólida |
| jan/04 | 58.006 | 49.971 | 8.035 | 58.006 | - | 16% | Sólida |
| fev/04 | 60.556 | 47.318 | 13.237 | 60.556 | - | 28% | Sólida |
| mar/04 | 59.930 | 53.460 | 6.470 | 59.930 | - | 12% | Sólida |
| abr/04 | 61.490 | 53.996 | 7.493 | 61.490 | - | 14% | Sólida |
| mai/04 | 59.899 | 53.203 | 6.696 | 59.899 | - | 13% | Sólida |
| jun/04 | 60.422 | 51.821 | 8.601 | 60.422 | - | 17% | Sólida |
| jul/04 | 58.501 | 48.307 | 10.194 | 58.501 | - | 21% | Sólida |
| ago/04 | 60.037 | 53.266 | 6.771 | 60.037 | - | 13% | Sólida |
| set/04 | 61.048 | 56.522 | 4.526 | 61.048 | - | 8% | Sólida |
| out/04 | 61.997 | 54.877 | 7.119 | 61.997 | - | 13% | Sólida |
| nov/04 | 60.543 | 53.752 | 6.791 | 60.543 | - | 13% | Sólida |
| dez/04 | 53.486 | 57.901 | -4.415 | 53.486 | - | -8% | Insatisfatória |
| jan/05 | 53.302 | 57.019 | -3.717 | 53.302 | - | -7% | Insatisfatória |
| fev/05 | 50.501 | 47.033 | 3.469 | 50.501 | - | 7% | Sólida |
| mar/05 | 51.385 | 50.032 | 1.354 | 51.385 | - | 3% | Sólida |
| abr/05 | 53.419 | 50.326 | 3.093 | 53.419 | - | 6% | Sólida |
| mai/05 | 54.516 | 51.536 | 2.980 | 54.516 | - | 6% | Sólida |
| jun/05 | 52.690 | 53.010 | -321 | 52.690 | - | -1% | Insatisfatória |
| jul/05 | 55.607 | 53.417 | 2.190 | 55.607 | - | 4% | Sólida |
| ago/05 | 57.667 | 58.808 | -1.141 | 57.667 | - | -2% | Insatisfatória |
| set/05 | 58.247 | 47.772 | 10.476 | 58.247 | - | 22% | Sólida |
| out/05 | 51.204 | 41.728 | 9.476 | 51.204 | - | 23% | Sólida |
| nov/05 | 51.974 | 52.235 | -260 | 51.974 | - | 0% | Insatisfatória |
| dez/05 | 52.097 | 46.949 | 5.148 | 52.097 | - | 11% | Sólida |
| jan/06 | 51.023 | 50.809 | 215 | 51.023 | - | 0% | Sólida |
| fev/06 | 50.859 | 47.758 | 3.101 | 50.859 | - | 6% | Sólida |
| mar/06 | 48.036 | 52.339 | -4.303 | 48.036 | - | -8% | Insatisfatória |
| abr/06 | 48.731 | 45.068 | 3.662 | 48.731 | - | 8% | Sólida |
| mai/06 | 48.518 | 43.554 | 4.964 | 48.518 | - | 11% | Sólida |
| jun/06 | 46.515 | 44.518 | 1.997 | 46.515 | - | 4% | Sólida |
| jul/06 | 46.525 | 51.684 | -5.160 | 46.525 | - | -10% | Insatisfatória |
| ago/06 | 46.756 | 49.308 | -2.552 | 46.756 | - | -5% | Insatisfatória |
| set/06 | 46.281 | 46.907 | -627 | 46.281 | - | -1% | Insatisfatória |
| out/06 | 46.644 | 46.951 | -306 | 46.644 | - | -1% | Insatisfatória |
| nov/06 | 46.106 | 46.596 | -490 | 46.106 | - | -1% | Insatisfatória |
| dez/06 | 37.969 | 38.268 | -299 | 37.969 | - | -1% | Insatisfatória |
| jan/07 | 37.116 | 46.003 | -8.887 | 37.116 | - | -19% | Insatisfatória |
| fev/07 | 36.882 | 42.046 | -5.165 | 36.882 | - | -12% | Insatisfatória |
| mar/07 | 35.786 | 44.532 | -8.746 | 35.786 | - | -20% | Insatisfatória |
| abr/07 | 35.392 | 47.960 | -12.568 | 35.392 | - | -26% | Insatisfatória |

Fonte: Estruturada pelo autor.

A partir de fev/2005 a situação financeira foi revertida devido a uma redução do ativo cíclico, o qual teve a conta clientes como destaque. Neste mês a conta cliente teve uma redução de 39%. Isso resultou em uma queda da NCG ficando novamente esta variável com valores abaixo do CDG. Com isso, o saldo de tesouraria voltou a ficar positivo. Entretanto tal situação se manteve somente até jun/2005.

A partir de jun/2005 até jun/2006 a empresa apresentou oscilações entre uma situação financeira insatisfatória e uma situação financeira sólida. Dentro deste período foram destacados os principais motivos de algumas variações, as quais serão mostradas a seguir.

Do mês de ago/2005 para o mês de set/2005 o saldo de tesouraria passou de R\$ (1.140.632,41) para R\$ 10.475.611,86, um aumento de 1018%. Esse aumento deveu-se principalmente a dois fatores que ocorreram simultaneamente, sendo eles a redução da conta cliente em -23% e um aumento da conta fornecedores em 42%. Com isso, o passivo cíclico teve uma elevação significativa de seu valor, enquanto o ativo cíclico teve uma redução. Além disso houve também uma redução no passivo errático, com a redução da conta de ACC.

De out/2005 para abril/2007 as variações nas contas de fornecedores, de clientes e de estoques tiveram grande influência na variação da situação financeira da empresa. Apesar disso, deve-se destacar outra conta do ativo cíclico, com oscilações também significativas, que foi a conta adiantamento de pessoal e terceiros. A empresa esclareceu que as principais oscilações dessa conta deveram-se aos pagamentos antecipados feitos ao principal fornecedor de matéria prima da empresa, cujo volume de pagamentos equivale a quase 50% de todos os pagamentos realizados no mês. Na verdade a condição de

pagamento desse fornecedor é avista, mas como o consumo de matéria prima fornecido é diário, existe uma dificuldade de operacionalizar os pagamentos no mesmo dia do recebimento da nota fiscal, devido ao curto espaço de tempo que a empresa dispõe para isso. Para solucionar esse problema operacional, foi acordado com o fornecedor que os pagamentos seriam feitos antecipadamente, com base em estimativas de consumo semanais, sempre no primeiro dia útil de cada semana. A cada vencimento das notas fiscais o valor destas seria abatido desse adiantamento, ficando o saldo na conta do fornecedor o qual o remuneraria com base no CDI diário.

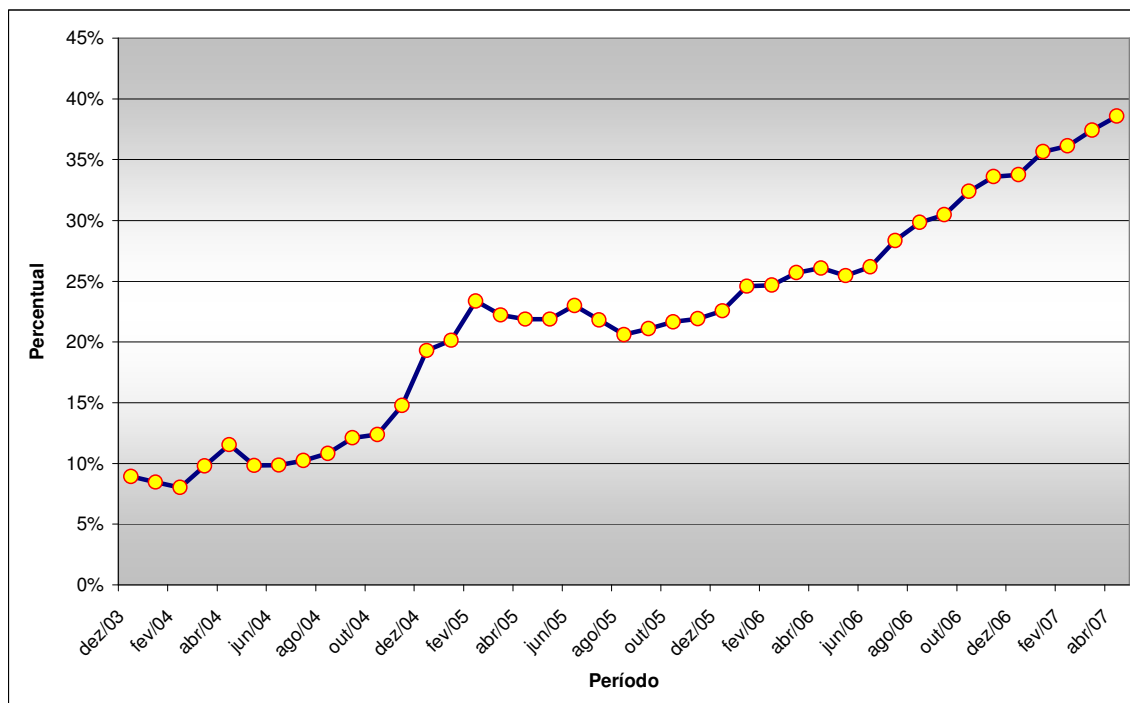
Como muitas vezes o primeiro dia útil da semana cai nos últimos dias do mês, a maior parte do valor adiantado seja liquidada somente no mês subsequente, fazendo com o saldo da conta adiantamento de pessoal e terceiros no ativo cíclico fique elevado, elevando assim a NCG.

Outro fato importante que está evidenciado no Quadro xxx, é que a partir de mar/2006 o CDG iniciou uma redução do seu valor, o qual se agravou em jun/2006 tendo nova redução em dez/2006 a qual se estendendo até abr/2007.

A NCG também teve uma redução no mesmo período, porém com menos intensidade e ainda com muitas oscilações.

Entretanto, ao analisar as causas dessa redução do CDG neste período, percebeu que a conta de impostos a recuperar aumentou consideravelmente sua participação dentro do ativo não cíclico (ANC). Além do mais, o passivo não cíclico, além de não aumentar na mesma proporção, teve uma redução, afetando de modo negativo o saldo do CDG. A ILUSTRAÇÃO 3 mostra a evolução em percentuais da conta impostos a recuperar em relação ao total de ativo não cíclico no período analisado.

ILUSTRAÇÃO 3 – Gráfico da Participação dos Impostos a Recuperar no Ativo Não Cíclico



Fonte: Estruturado pelo autor

Percebe-se através do gráfico que a conta de impostos a recuperar, que no início do período analisado representava em torno de 9% do total do Ativo não Cíclico, passa para 39% no final de abr/2007. Além disso, percebe-se que a elevação dessa conta se acentuou a partir de jul/2006 e se estendeu até o mês de abr/2007, coincidindo com o período em que o capital de giro iniciou suas quedas consecutivas.

A empresa explicou que o aumento da participação da conta Impostos a recuperar no ativo não cíclico deve-se principalmente a dois tributos: o ICMS e a COFINS.

Como cálculo dos saldos desses impostos é baseado nos totais de créditos e nos totais de débitos gerados pela empresa, o fato da empresa ser exportadora, resulta em saldos

credores, devido ao total de créditos ser superior ao total de débitos nos períodos de apuração.

Para melhor entendimento, a empresa explicou que a venda para exportação não gera débitos de impostos, somente as vendas para clientes dentro do país, pois na exportação não há a incidência desses impostos. Como a empresa não gera débitos suficientes para cobrir os créditos gerados nos pagamentos, principalmente de matéria prima que na sua maioria é comprada dentro do país, é gerado um acúmulo desse ativo com o passar do tempo.

Entretanto, há regras específicas para o ressarcimento desses créditos pelo governo, às quais estipulam prazo para a devolução. Para o ICMS, por exemplo, a empresa explicou que até 2005 era possível a venda desses créditos para outras empresas, cuja situação era inversa a da ABC, ou seja, empresas devedoras de impostos. Após essa data, o Governo Estadual limitou o total da venda de créditos de ICMS até o valor máximo de R\$ 40.000,00, sendo esse valor pouco significativo em comparação aos volumes de créditos que tinha.

Já a COFINS que é um tributo federal, a explicação da empresa foi que o acúmulo desse imposto deveu-se principalmente pela mudança na lei da COFINS, que passou a ser regulamentada pela lei nº 10.833/03. A partir da nova lei, essa contribuição passou a ter duas modalidades de tributação, sendo uma baseada na não cumulatividade e outra baseada na cumulatividade. Devido ao enquadramento da empresa, a modalidade do cálculo utilizada por esta é baseada na não cumulatividade. Sendo a ABC uma empresa exportadora, a nova modalidade de cálculo dessa contribuição, afetou negativamente o caixa da empresa,

pois esta começou a gerar mais créditos do que débito desse tributo, cuja base de cálculo é semelhante à do ICMS

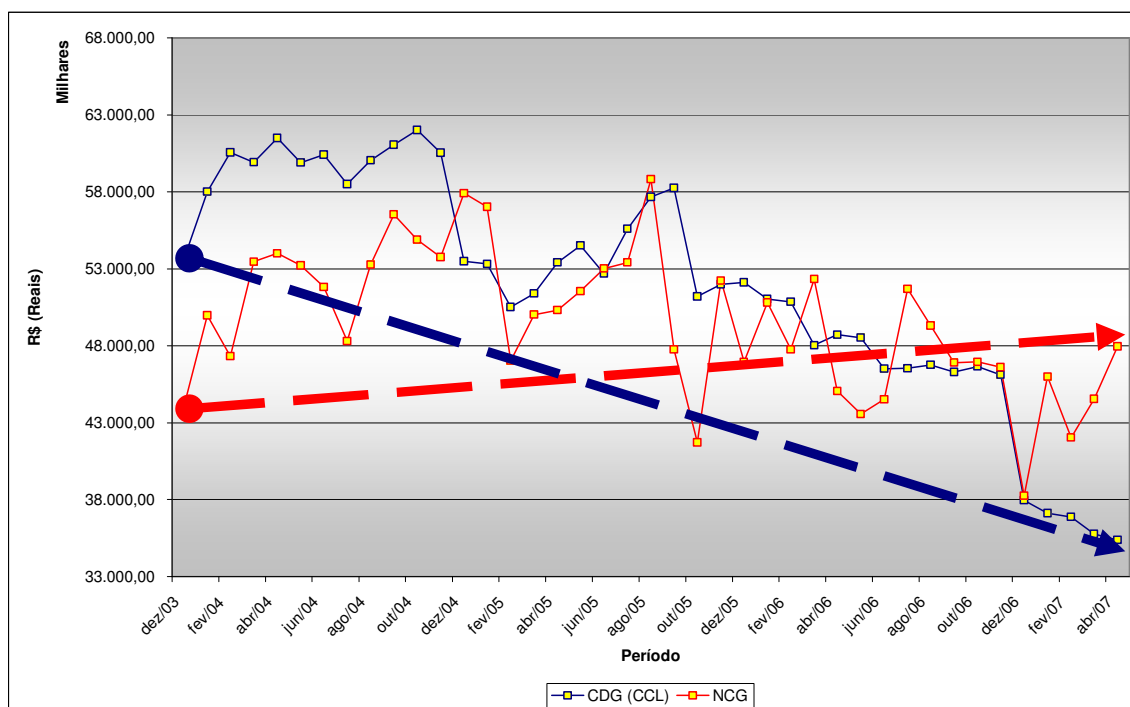
A Empresa explicou ainda que o ressarcimento dos créditos da COFINS, segundo a nova legislação, pode ser solicitado caso a empresa não o tenha utilizado em sua totalidade para abater todos os saldos devedores.

Entretanto, ao questionar a empresa sobre o porquê os ressarcimentos dos créditos da COFINS não foram solicitados, a resposta foi que a empresa possui alguns processos junto aos órgãos competentes, os quais estão questionando alguns pontos da base de cálculo utilizada pela empresa após a implementação da lei que regulamenta esse tributo que foi em Fev/2004. Somente após a finalização desses processos, a empresa poderá solicitar o ressarcimento do saldo credor não utilizado nas compensações dos saldos devedores.

Dando continuidade a análise do Quadro 6, agora analisando a variável TSF, percebeu-se que no início do período analisado, seguindo praticamente por todo o ano de 2004 a TSF se manteve positiva. A partir de dez/2004 até jul/2006 a TSF oscila tanto positivamente quanto negativamente. Isso demonstrou que a empresa durante este período começa a ter alguns desequilíbrios financeiros. Entretanto, a partir de dez/2006 o desequilíbrio financeiro se agravou e a empresa começou a mostrar sinais de vulnerabilidade financeira. A partir desse período, a TSF reduziu de -1% para -26% em apenas quatro meses. A redução contínua de maneira decrescente como se mostrou a TSF acarretou no denominado efeito tesoura, conduzindo a empresa a uma situação de completo desequilíbrio financeiro.

Através do Gráfico 4, onde é demonstrado a evolução das variáveis CDG e NCG, pode-se observar claramente o efeito tesoura.

ILUSTRAÇÃO 4 – Gráfico do Efeito Tesoura



Fonte: estruturado pelo autor.

A análise das variáveis aqui apresentadas mostrou que a empresa teve uma deterioração de sua situação financeira, a qual passou de sólida para insatisfatória, durante o período analisado. Diante disso, e buscando elucidar ainda mais quais foram causas que levaram a empresa a tal situação financeira, foi elaborada a análise do DFLC conforme demonstrado a seguir.

3.2 Análise do Demonstrativo de Fluxo de Líquido de Caixa

Conforme proposto por Matarazzo (1997), através do DFLC TABELA 5 foi elaborado alguns índices conforme TABELA 6, visando analisar os seguintes itens:

- a) Capacidade de financiamento da NCG;
- b) Capacidade de Investimentos; e

c) Capacidade de Pagamento de Dívidas Bancárias de Curto Prazo;

TABELA 5 – Demonstrativo de Fluxo Líquido de Caixa da ABC

| | Período De Dez/2003 a Abr/2007 |
|---|--------------------------------|
| Resultado do Exercício | 10.764.328 |
| (±) Ajustes (Depreciações e Receitas não Caixa) | 32.217.980 |
| = GERAÇÃO DE CAIXA BRUTA | 42.982.308 |
| (±) Variação da Necessidade de Capital de Giro (NCG) | (3.879.210) |
| <i>Variação de Clientes</i> | 459.180 |
| <i>Variação dos Estoques</i> | (10.299.016) |
| <i>Variação de Outras Contas a Receber</i> | (2.549.027) |
| <i>Variação de Fornecedores</i> | 7.523.733 |
| <i>Variação de Outros Passivos Operacionais</i> | 985.920 |
| = GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA | 39.103.098 |
| (±) Variação de Emprést. Bancários e outros passivos erráticos | 14.804.710 |
| <i>Variação das Antecipações de Contrato de Câmbio - ACC</i> | 14.763.588 |
| <i>Variação de Outros Passivos Erráticos</i> | 41.121 |
| = GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA | 53.907.808 |
| (±) Variações de Itens permanentes (Ativo Permanente) | (36.293.281) |
| <i>Aumento de Capital</i> | - |
| <i>Pagamento de Dividendos</i> | (18.649.000) |
| <i>Distribuição de Juros Sobre capital Próprio</i> | (1.900.000) |
| <i>Acréscimo do Imobilizado</i> | (15.523.499) |
| (±) Variações de Itens não corrente (Realizável e Exigível a Longo Prazo) | (25.139.665) |
| <i>Variação dos Realizável a Longo Prazo</i> | (3.265.600) |
| <i>Variação dos Impostos a Recuperar</i> | (23.220.356) |
| <i>Variação de Devedores Diversos</i> | 1.063.191 |
| <i>Variação das Despesas do Exercício Seguinte</i> | 283.100 |
| = GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | (7.525.138) |
| + Caixa Inicial | 11.100.611 |
| = Caixa Final | 3.575.473 |

Fonte: Estruturado pelo Autor

TABELA 6 – Índices do Fluxo Líquido de Caixa da ABC

| | | de jan/2004 abr/2007 | |
|---|---|--|--|
| Capacidade de Financiamento NCG | = | $\frac{\text{Geração Bruta de Caixa} \times 100}{\text{Variação NCG}}$ | $\frac{42.982,31}{3.879,21}$ 1108% |
| Capacidade de Investimentos (1) | = | $\frac{\text{Geração Operacional de Caixa} \times 100}{\text{Variação dos Itens Permanentes de Caixa}}$ | $\frac{39.103,10}{36.072,50}$ 108% |
| Capacidade de Investimentos (2) | = | $\frac{\text{Geração Operacional de Caixa} - \text{Saldo do Imposto a Recuperar}}{\text{Variação dos Itens Permanentes de Caixa}}$ | $\frac{9.880,10}{36.072,50}$ 27% |
| Capacidade de Pagamento de Dívidas Bancárias de Curto Prazo | = | $\frac{\text{Geração Operacional de Caixa} \times 100}{\text{Saldo Inicial de E.B.B}}$ | $\frac{39.103.098,33}{15.670.727,04}$ 250% |

Fonte: Estruturado pelo Autor

Durante o período analisado, a ABC registrou um aumento em 9% da NCG e uma queda do CCL em 34%, resultando em uma queda do T em 232%.

Ao analisar a capacidade de financiamento da NCG, constatou-se que a Geração Bruta de Caixa foi suficiente para cobrir toda a variação da NCG, apresentando ainda um elevado superávit operacional de caixa.

Analisando a geração operacional de caixa juntamente com a variação dos itens permanentes de caixa, verificou-se que a empresa apresentou também capacidade de investimentos igual a 108%, ou seja, a geração operacional de caixa foi suficiente para cobrir todos os investimentos feitos pela empresa naquele período e ainda distribuir juros sobre capital e dividendos.

Entretanto, devido ao valor elevado dos itens não correntes de caixa, cujos impostos a recuperar representou 92,4% da variação deste item, analisou-se a capacidade de investimento da empresa subtraindo-se da geração operacional de caixa, o saldo de impostos a recuperar. O resultado encontrado mostrou uma situação inversa à encontrada anteriormente, onde o índice de capacidade de investimento passou de 108% para 27%.

Com isso, constatou-se que o saldo de impostos a recuperar, que no final do período analisado apresentou um valor acumulado de R\$/mil 29.222, fez com que a empresa perdesse sua capacidade de investimento.

Outra constatação, foi com relação a distribuição de dividendos. Do total de R\$/mil 18.649 distribuído entre o período em estudo, R\$/mil 11.815 foram distribuídos somente nos meses de out/2005 e nov/2005. Neste mesmo período, respectivamente, a empresa apresentava saldo de impostos a recuperar igual a R\$/mil 13.501 e R\$ 13.391 com perspectiva de crescimento desses valores.

Ao questionar a empresa do porquê a distribuição de dividendos foi feita apesar de se saber que os saldos de impostos continuariam a se elevar, o que poderia comprometer o caixa no futuro, a resposta foi que no momento da decisão da distribuição de dividendos, cuja tomada de decisão foi feita pelo antigo diretor da empresa, não se dispunha de informações suficientes, principalmente de projeções de fluxo de caixa, para saber quais seriam os reflexos no caixa a partir daquela decisão tomada.

O resultado disso, refletiu em um aumento do endividamento bancário de curto prazo, feito através de antecipações de contratos de cambio – ACC, cuja variação no período analisado foi de R\$/mil 14.764.

Ao questionar a empresa o porquê ela se utilizou de empréstimos de curto prazo para financiar principalmente itens permanentes de caixa e ou itens realizáveis de longo prazo, a resposta foi que os custos do ACC foram os mais baratos oferecidos para a empresa pelas instituições financeiras. Além disso, a facilidade que a empresa tem para a renovação desses empréstimos, principalmente por ter um volume auto de exportações, passaram a serem caracterizados como de longo prazo pelos gestores da empresa.

Entretanto, paralelamente a isso, a empresa está verificando junto a sua matriz, a possibilidade de se obter um aporte de capital no valor de R\$/mil 20.000. Para isso, estão sendo analisadas duas situações. Uma seria um empréstimo de longo prazo entre outra companhia do grupo ABC, e a outra seria um aumento de capital social pela matriz. Em ambas as situações, este valor seriam pagos conforme fossem sendo feitos os ressarcimentos dos créditos dos impostos a recuperar pelos governos estadual e federal.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se, através desse estudo, analisar a situação financeira da empresa ABC Elastômeros durante o período de dez/2003 a abr/2007. A análise foi feita em duas etapas e utilizando duas técnicas diferentes. Na primeira etapa, foi utilizado o modelo dinâmico de análise financeira que possibilitou a mensuração das variáveis NCG, CCL, T, CGP TSF, bem como a identificação dos tipos de estruturas e situações financeiras da empresa. Na segunda etapa, foi elaborado o DFC, sendo utilizado o modelo proposto por Matarazzo (1997), o qual revelou as principais causas que levou a empresa à situação financeira encontrada através da análise do modelo dinâmico.

A análise demonstrou que a empresa passou de uma situação financeira sólida para uma situação financeira insatisfatória. Tendo como principal motivo, a redução do CDG em 34% no período analisado. Além disso, constatou-se também que o CDG em relação a NCG, passou de 22% em dez/2003 para -26% em abr/2007, fazendo com que o T se tornasse negativo, conforme constatado através do TSF que revelou o chamado efeito tesoura.

Foi constatado duas causas principais que levaram a queda do CDG. Uma foi o aumento do ativo não cíclico, através da conta Impostos a Recuperar, e a outra foi a redução do Passivo não Cíclico, através da distribuição de Dividendos.

Ambas as situações foram constatadas através da DFCLC que mostrou que os Impostos a Recuperar tiveram um acúmulo no período de R\$/mil 23.220 e as distribuições de Dividendos um acúmulo de R\$/mil 18.649.

Constatou-se também que a empresa supriu as necessidades de caixa através de empréstimos de curto prazo feitos por meio de antecipações de contrato de câmbio – ACC. A escolha deste tipo de empréstimo se deu por dois motivos: Custo mais barato para empresa, e por a empresa ser exportadora, o que a permitiu buscar este tipo de recurso no mercado financeiro.

Entretanto, a empresa está buscando reverter tal situação financeira através de recursos de longo prazo, que poderão ser adquiridos por empréstimos feitos entre outras empresas do grupo, ou através de um aumento do capital social feito pela matriz, cujo em ambas as situações serão pagos conforme forem feitos os ressarcimentos dos Impostos a Recuperar pelos governos.

Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se investigar detalhadamente os reflexos da carga tributária no caixa de empresas exportadoras e quais as alternativas que se tem para evitar que esses tributos venham a comprometer a situação financeira dessas empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre; e SILVA, César Augusto Tibúrcio. Administração do capital de giro. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 1989.

BRAGA, Roberto. Análise Avançada do Capital de Giro. In: Caderno de Estudos, 3., 1991, São Paulo: FIPECAFI.

COMISSÃO DE VALORE MOBILIÁRIOS. OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP Nº 01/2007. Orientação sobre Normas Contábeis pelas Companhias Abertas, 2007, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cvm.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2007.

Fleuriet, Michael e outros. O Modelo Fleuriet: a dinâmica financeira das empresas, um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. 1 ed., Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise de balanços: abordagem básica e gerencial. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Randolph W., JORDAN, Bradford D. Princípios da Administração financeira. São Paulo: Atlas, 2002.

VERAS MACHADO, A; MACHADO, M; CALLADO, A. Análise Dinâmica e o Financiamento das Necessidades de Capital de Giro das Pequenas e Médias Empresas Localizadas na Cidade de João Pessoa, PB: Um Estudo Exploratório. In: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, 3., 2006, São Leopoldo: Unisinos, 139 p.

VERGARA, Sylvia Constant, Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXO A

| | dez/03 | jan/04 | fev/04 | mar/04 | abr/04 | mai/04 | jun/04 | jul/04 | ago/04 | set/04 | out/04 | nov/04 | dez/04 | |
|-----------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| ATIVO | | | | | | | | | | | | | | |
| A. CIRCULANTE | | | | | | | | | | | | | | |
| A. Errático | DISPONIBILIDADE | 66.107.020 | 69.317.551 | 69.993.943 | 68.806.117 | 73.295.522 | 67.872.038 | 66.358.807 | 63.737.935 | 66.441.023 | 72.088.596 | 72.870.966 | 70.633.731 | 78.181.020 |
| | caixa | 11.100.611 | 8.377.069 | 13.696.478 | 8.692.143 | 9.078.515 | 8.648.169 | 8.879.986 | 9.789.031 | 7.906.869 | 9.803.161 | 12.116.855 | 7.774.276 | 3.867.735 |
| | bancos conta movimento | 20.552 | 10.660 | 10.736 | 25.161 | 14.662 | 18.724 | 19.238 | 5.814 | 7.862 | 7.082 | 11.657 | 4.500 | 9.202 |
| | aplicações financeiras | 5.004.102 | 2.942.816 | 5.000.400 | 2.447.246 | 2.036.876 | 1.466.473 | 2.945.352 | 2.716.592 | 1.041.509 | 2.866.242 | 5.400.058 | 1.433.668 | 1.355.263 |
| | | 6.075.957 | 5.423.593 | 8.687.702 | 6.219.736 | 7.026.977 | 5.362.972 | 5.915.396 | 7.066.626 | 6.859.518 | 6.929.837 | 6.705.131 | 6.336.108 | 2.503.290 |
| A. Cíclico | CLIENTES | 22.725.297 | 23.949.068 | 23.110.404 | 24.177.529 | 26.212.891 | 24.331.234 | 20.382.690 | 16.560.070 | 17.369.313 | 22.353.724 | 18.715.011 | 19.714.652 | 18.091.125 |
| | Duplicatas a receber de Coligadas | 14.133.777 | 15.052.794 | 12.430.087 | 12.403.930 | 15.757.520 | 13.820.990 | 9.455.785 | 7.178.215 | 7.751.747 | 10.951.174 | 7.584.611 | 6.586.310 | 6.586.310 |
| | Duplicatas a receber de Terceiros | 8.630.095 | 9.135.544 | 11.035.631 | 12.157.290 | 10.752.952 | 10.302.549 | 11.219.309 | 9.874.259 | 9.906.901 | 11.993.884 | 11.130.400 | 10.782.988 | 11.504.915 |
| | Provisão para devedores/dividuos | (238.575) | (287.270) | (358.313) | (383.690) | (287.581) | (292.404) | (292.404) | (292.404) | (291.334) | (291.334) | - | - | - |
| A. Cíclico | ESTOQUES | 31.961.610 | 33.262.576 | 32.422.031 | 33.610.506 | 35.678.699 | 34.337.267 | 36.233.739 | 38.549.947 | 38.449.257 | 39.960.242 | 40.973.708 | 54.055.547 | - |
| | Produtos Acabados | 21.021.381 | 22.056.760 | 22.992.148 | 23.386.494 | 24.828.852 | 24.593.372 | 25.043.137 | 26.454.636 | 29.377.363 | 28.664.528 | 30.266.594 | 31.201.760 | 38.120.986 |
| | Materias Primas | 7.743.336 | 7.620.169 | 6.039.099 | 6.722.987 | 6.872.410 | 5.919.266 | 5.622.241 | 4.851.648 | 4.850.449 | 4.994.262 | 4.951.840 | 11.213.608 | - |
| | Material de embalagem | 723.400 | 1.048.595 | 800.190 | 1.214.933 | 1.421.433 | 1.346.388 | 1.588.623 | 1.559.027 | 1.521.106 | 1.907.608 | 1.880.880 | 2.113.012 | 1.860.667 |
| | Material de consumo-automatico | 2.473.493 | 2.537.052 | 2.590.594 | 2.486.091 | 2.556.003 | 2.478.241 | 2.612.235 | 2.738.428 | 2.801.069 | 2.882.859 | 2.860.928 | 2.933.952 | 2.890.287 |
| A. Cíclico | OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Cíclico) | 319.502 | 3.728.838 | 763.030 | 2.125.939 | 2.325.417 | 2.355.368 | 2.229.897 | 1.155.095 | 2.612.873 | 1.482.453 | 2.078.858 | 2.171.096 | 2.136.592 |
| | Adiantamentos Pessoal e Terceiros | 319.502 | 3.728.838 | 763.030 | 2.125.939 | 2.325.417 | 2.355.368 | 2.229.897 | 1.155.095 | 2.612.873 | 1.482.453 | 2.078.858 | 2.171.096 | 2.136.592 |
| A. Não Cíclico | OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Não cíclico) | 7.072.670 | 5.598.141 | 5.219.347 | 7.579.867 | 7.645.975 | 6.985.499 | 7.215.030 | 6.677.107 | 6.965.265 | 7.824.152 | 7.797.662 | 9.340.709 | 12.885.544 |
| | Impostos a recuperar | 6.002.641 | 5.515.991 | 5.130.214 | 6.475.179 | 7.550.588 | 6.493.611 | 6.469.808 | 6.573.479 | 6.876.599 | 7.659.908 | 7.701.729 | 9.319.547 | 12.744.811 |
| | Imp renda a receber de autoridades | 1.219.531 | 493.980 | 43.902 | 132.688 | 355.050 | 5.490 | - | - | 25.380 | - | 186.241 | 390.821 | 1.022.589 |
| | Imposto de Renda Pessoa Juridica-Antecipação | 919.888 | 255.663 | 80.770 | 113.893 | 1.185 | 11.895 | - | - | 65.218 | - | 66.327 | 138.346 | 649.029 |
| | ICMS a Recuperar | 1.136.854 | 892.642 | 203.623 | 677.183 | 1.729.852 | 1.731.183 | 1.191.157 | 857.055 | 1.290.384 | 1.205.219 | 1.459.201 | 1.987.248 | 590.295 |
| | PII a Recuperar | 1.534.376 | 2.098.082 | 1.998.835 | 2.027.686 | 2.020.076 | 1.975.943 | 1.618.747 | 1.917.421 | 1.852.246 | 1.852.246 | 1.848.764 | 1.826.638 | - |
| | ICMS complementar recuperável | 315.020 | 348.448 | 351.001 | 352.935 | 358.970 | 367.691 | 370.818 | 370.818 | 379.480 | 352.053 | 346.562 | 342.043 | 326.241 |
| | ICMS Diferido ativo fixo | 795.163 | 807.912 | 801.619 | 780.846 | 873.564 | 882.320 | 931.129 | 743.446 | 834.629 | 929.671 | 698.447 | 1.069.234 | 1.069.234 |
| | COFINS a recuperar | - | - | 29.897 | 421.592 | 877.244 | 977.279 | 1.264.746 | 1.533.426 | 1.931.297 | 2.431.715 | 2.735.897 | 3.280.036 | 4.569.066 |
| | Credito cofins si estoque | - | - | 698.130 | 626.462 | 563.833 | 501.165 | 436.537 | 375.989 | 313.241 | 250.593 | 187.944 | 125.296 | 52.648 |
| | ICMS a Recuperar Outras Operações | 133.793 | 386.306 | 598.639 | 1.012.417 | 397.447 | 326.810 | 419.231 | 394.212 | 490.559 | 60.244 | 307.567 | 70.240 | 1.060.667 |
| | Imp de Renda Ret na Fonte- antec IRPJ | - | 27.299 | - | 28.250 | - | 8 | 10 | 25.861 | - | 18.431 | 27.443 | - | - |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte-aplic-IRRF | 93.989 | 80.898 | 96.176 | 89.184 | 103.494 | 54.318 | 67.424 | 60.867 | 65.294 | 82.727 | 80.269 | 89.002 | 11.601 |
| | Imposto a receber de impostos de autorid | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Income taxes IR | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Income Taxes CSSL | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Devedores diversos | 1.070.029 | 82.149 | 89.134 | 1.104.688 | 95.387 | 91.888 | 745.223 | 103.628 | 88.665 | 164.244 | 95.933 | 21.162 | 140.732 |
| A. Não Cíclico | DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE | 483.446 | 463.921 | 339.753 | 814.971 | 579.355 | 2.712.052 | 2.388.658 | 2.067.364 | 1.746.222 | 1.426.427 | 1.125.308 | 801.930 | 441.791 |
| | | 62.816 | 62.816 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| A. Não Cíclico | REALIZAVEL DE LONGO PRAZO | 617.651 | 690.456 | 659.179 | 657.881 | 645.356 | 639.391 | 622.124 | 592.348 | 572.205 | 678.998 | 539.521 | 517.039 | 553.259 |
| | VALORES A RECUPERAR | 513.889 | 542.996 | 521.709 | 498.605 | 498.005 | 480.115 | 458.848 | 429.162 | 408.929 | 384.903 | 373.245 | 350.763 | 390.383 |
| | DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE | 103.763 | 137.471 | 137.471 | 159.276 | 159.276 | 159.276 | 163.276 | 163.276 | 163.276 | 294.095 | 166.276 | 166.276 | 172.876 |
| A. Não Cíclico | PERMANENTE | 59.085.161 | 58.384.134 | 57.589.305 | 56.955.739 | 56.481.264 | 56.107.594 | 55.434.456 | 54.812.428 | 54.123.119 | 53.374.751 | 52.737.801 | 52.447.035 | 52.150.677 |
| | INVESTIMENTOS | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 |
| A. Não Cíclico | IMOBILIZADO | 58.184.566 | 57.502.182 | 56.726.000 | 56.111.075 | 55.655.234 | 55.300.212 | 54.645.716 | 54.042.334 | 53.371.677 | 52.641.939 | 52.023.638 | 51.751.510 | 51.473.799 |
| | Imovels | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.721.071 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 |
| | Equipamentos e instalaçoes | 113.164.169 | 113.228.610 | 113.328.631 | 113.578.087 | 113.912.972 | 113.964.060 | 113.965.946 | 113.965.172 | 115.719.758 | 115.719.368 | 115.929.488 | 115.933.540 | 115.933.540 |
| | Outros | 2.098.679 | 2.147.351 | 2.196.906 | 2.205.573 | 2.217.617 | 2.232.302 | 2.261.523 | 2.334.560 | 2.335.546 | 2.614.055 | 3.022.714 | 3.481.335 | 3.481.335 |
| | Imobilizado em andamento | 8.699.301 | 8.880.483 | 8.912.167 | 9.091.659 | 9.395.729 | 9.995.352 | 10.314.711 | 10.630.111 | 8.995.625 | 8.977.425 | 8.258.253 | 8.690.401 | 8.690.401 |
| | Depreciaçoes | (78.498.653) | (79.502.523) | (80.507.025) | (81.505.565) | (82.510.194) | (83.512.573) | (84.515.224) | (85.508.380) | (86.503.981) | (87.500.637) | (88.546.163) | (89.594.962) | (89.503.206) |
| | Adiantamentos e sobressalente | - | 27.190 | 20.251 | - | 18.000 | - | - | (200) | - | - | - | - | - |
| A. Não Cíclico | ATIVO DIFERIDO | 621.296 | 602.654 | 594.007 | 585.365 | 546.731 | 528.063 | 509.442 | 490.795 | 472.144 | 453.514 | 434.865 | 416.226 | 397.580 |
| TOTAL DO ATIVO | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 133.365.948 | 134.444.213 | 133.801.528 | 134.814.575 | 138.647.472 | 133.916.574 | 132.019.076 | 127.887.272 | 129.847.835 | 135.392.924 | 135.071.258 | 133.740.444 | 144.212.291 |
| PASSIVO | | | | | | | | | | | | | | |
| P. CIRCULANTE | | | | | | | | | | | | | | |
| P. Errático | IMPOSTO DE RENDA | 12.485.655 | 11.311.315 | 9.438.296 | 8.875.929 | 11.805.841 | 7.973.093 | 5.937.105 | 5.237.199 | 6.403.959 | 11.040.863 | 10.874.028 | 10.090.566 | 24.695.314 |
| | PROVISOES | 355.549 | 342.137 | 461.062 | 399.680 | 399.031 | 240.456 | 61.749 | 118.161 | 139.996 | 472.328 | 269.702 | 328.698 | 649.794 |
| | OUTROS DEBITOS | 173.561 | 155 | 68 | 1.059.385 | 649 | 147 | - | - | 494 | 1.205 | 160 | 64 | 109.703 |
| | ADTO CONTRATO DE CAMBIO - ACC BR | 1.013.178 | - | - | - | - | - | - | - | 999.940 | 4.558.436 | 4.759.934 | 671.355 | 7.703.363 |
| | VARIACAO CAMBIAL OPER. FINAN. ACC | 17.551 | - | - | - | - | - | - | - | (2.448) | (40.132) | (2.448) | (185.691) | |
| | ADIANTAMENTOS | - | - | - | 36.659 | - | - | 7.943 | - | - | 9.755 | - | 8.755 | 5.851 |
| P. Cíclico | FORNECEDORES | 9.370.917 | 9.378.727 | 7.566.800 | 5.256.791 | 8.706.124 | 6.042.601 | 3.922.772 | 3.720.312 | 3.383.479 | 3.561.496 | 3.446.456 | 6.557.656 | 14.675.258 |
| | TERCEIROS | 2.688.192 | 3.032.682 | 3.063.679 | 4.622.630 | 8.268.472 | 5.896.385 | 3.179.977 | 3.489.625 | 3.179.977 | 2.812.648 | 3.159.290 | 6.301.379 | 9.838.931 |
| | COLIGADAS E CONSOLIDADAS | 6.682.725 | 6.346.045 | 3.963.402 | 634.161 | 437.651 | 1.462.216 | 1.086.249 | 230.687 | 203.502 | 748.847 | 287.165 | 256.278 | 4.836.327 |
| P. Cíclico | IMPOSTOS SOBRE VENDA | 170.584 | 196.443 | 8 | 1 | 11 | 4.513 | 8 | 19 | (275.028) | 13 | 16 | 13 | 14 |
| P. Cíclico | IMPOSTO RETIDO | 150.174 | 92.930 | 45.882 | 70.370 | 69.911 | 196.747 | 67.057 | 70.898 | 63.936 | 195.123 | 167.722 | 223.740 | 128.582 |
| P. Cíclico | OBRAÇAOES SOCIAIS E TRABALHISTAS | 1.234.141 | 1.300.924 | 1.365.192 | 1.327.100 | 1.445.706 | 1.377.192 | 1.687.938 | 1.851.028 | 1.989.803 | 2.118.275 | 2.235.017 | 2.325.977 | 1.608.633 |
| P. Não Cíclico | CAPITAL SOCIAL | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 9 | | | | | | | | |

| | | jan/05 | fev/05 | mar/05 | abr/05 | mai/05 | jun/05 | jul/05 | ago/05 | set/05 | out/05 | nov/05 | dez/05 |
|---|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO | | | | | | | | | | | | | |
| A. CIRCULANTE | | 78.668.922 | 82.650.502 | 89.436.563 | 85.705.505 | 74.548.747 | 70.637.906 | 75.253.215 | 80.992.275 | 80.992.654 | 69.788.711 | 66.971.165 | 68.772.175 |
| DISPONIBILIDADE | | 5.018.305 | 14.990.415 | 11.364.863 | 14.413.054 | 7.822.111 | 3.066.647 | 5.786.232 | 8.905.240 | 15.241.433 | 10.588.626 | 3.370.821 | 7.205.891 |
| caixa | | 9.835 | 9.835 | 6.841 | 15.299 | 8.964 | 7.411 | 14.582 | 19.219 | 26.331 | 34.840 | 34.498 | 33.190 |
| bancos conta movimento | | 2.223.355 | 11.552.319 | 7.896.565 | 10.896.766 | 3.419.619 | 393.939 | 3.079.529 | 4.858.536 | 10.137.302 | 816.728 | 766.302 | 4.572.332 |
| aplicações financeiras | | 2.784.885 | 3.417.861 | 3.459.456 | 3.500.989 | 4.393.528 | 2.660.297 | 2.692.120 | 4.027.485 | 5.077.800 | 9.737.058 | 2.570.021 | 2.599.869 |
| A. Cíclico | | 29.646.520 | 18.069.564 | 21.887.138 | 20.117.507 | 18.587.283 | 16.864.630 | 16.349.164 | 21.494.672 | 16.545.359 | 14.383.038 | 17.667.874 | 16.728.652 |
| Duplicatas a receber de Coligadas | | 18.840.170 | 6.980.412 | 9.960.387 | 8.203.106 | 5.946.251 | 6.210.072 | 5.706.809 | 11.803.833 | 5.453.218 | 4.352.890 | 5.468.905 | 4.572.332 |
| Duplicatas a receber de Terceiros | | 10.806.351 | 11.079.152 | 11.926.751 | 11.914.401 | 12.641.032 | 10.754.557 | 10.642.354 | 9.691.239 | 11.092.141 | 10.030.148 | 10.602.616 | 11.259.747 |
| Provisão para devedores/dúvidosos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| A. Cíclico | | 42.109.734 | 41.295.622 | 53.014.337 | 47.319.132 | 45.458.861 | 48.398.908 | 49.065.743 | 44.578.238 | 44.161.336 | 42.901.688 | 42.485.143 | 40.097.355 |
| Produtos Acabados | | 30.639.322 | 30.626.172 | 29.129.315 | 28.352.054 | 28.930.280 | 27.536.802 | 28.240.036 | 26.828.761 | 24.700.212 | 24.100.122 | 24.919.255 | - |
| Produtos em Elaboração | | - | - | - | - | - | 377.615 | - | - | - | - | - | - |
| Materias Primas | | 6.615.894 | 5.578.372 | 19.066.276 | 14.535.018 | 12.394.550 | 16.346.256 | 16.425.031 | 13.663.918 | 13.441.945 | 13.774.521 | 12.843.795 | 10.648.889 |
| Material de embalagem | | 1.895.978 | 1.894.112 | 1.731.047 | 1.463.906 | 1.179.398 | 1.173.495 | 1.389.991 | 1.049.013 | 1.121.298 | 1.385.078 | 994.367 | 1.454.238 |
| Material de consumo-automático | | 2.958.540 | 2.996.966 | 3.287.899 | 2.968.154 | 2.954.652 | 2.964.740 | 3.010.686 | 3.036.547 | 3.152.419 | 3.041.877 | 3.032.913 | 3.074.972 |
| A. Cíclico | | 1.894.362 | 8.294.902 | 3.170.225 | 3.855.812 | 2.680.492 | 2.207.721 | 4.052.077 | 6.014.924 | 5.044.526 | 1.915.359 | 3.447.227 | 4.740.278 |
| Adiantamentos Pessoal e Terceiros | | 1.894.362 | 8.294.902 | 3.170.225 | 3.855.812 | 2.680.492 | 2.207.721 | 4.052.077 | 6.014.924 | 5.044.526 | 1.915.359 | 3.447.227 | 4.740.278 |
| A. Não Cíclico | | 13.254.790 | 15.768.994 | 15.848.465 | 14.462.852 | 14.270.545 | 15.539.782 | 14.233.215 | 13.073.206 | 13.243.101 | 13.599.675 | 13.553.609 | 13.576.914 |
| OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Não cíclico) | | 13.254.790 | 15.768.994 | 15.848.465 | 14.462.852 | 14.270.545 | 15.539.782 | 14.233.215 | 13.073.206 | 13.243.101 | 13.599.675 | 13.553.609 | 13.576.914 |
| Impostos a recuperar | | 13.220.298 | 15.722.159 | 15.087.508 | 14.414.280 | 14.208.326 | 15.386.136 | 14.163.332 | 13.056.996 | 13.122.506 | 13.501.685 | 13.391.604 | 13.527.387 |
| Imp renda a receber de autoridades | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Imposto de Renda Pessoa Juridica-Antecipação | | 1.887.137 | 1.905.636 | 1.934.053 | 1.960.242 | 1.988.102 | 2.017.634 | 2.045.680 | 1.743.828 | 2.128.957 | 2.940.465 | 2.966.096 | 3.060.552 |
| Contribuição Social Antecipação | | 634.533 | 643.000 | 652.589 | 661.425 | 670.826 | 667.860 | 677.143 | 683.900 | 718.388 | 1.023.531 | 1.032.180 | 1.041.392 |
| ICMS a Recuperar | | 2.114.779 | 3.988.042 | 3.042.481 | 2.301.288 | 1.788.267 | 2.741.741 | 1.636.973 | 1.115.036 | 886.854 | 1.424.459 | 1.360.540 | 1.485.252 |
| IPI a Recuperar | | 1.782.628 | 1.899.708 | 1.607.364 | 1.534.879 | 1.342.854 | 1.241.827 | 1.199.851 | 1.110.067 | 1.087.524 | 942.929 | 928.800 | - |
| ICMS complementar recuperável | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS Diferido ativo fixo | | 333.730 | 590.731 | 554.529 | 558.490 | 529.203 | 493.483 | 464.480 | 489.263 | 464.405 | 436.046 | 408.129 | 381.602 |
| PIS a Recuperar | | 1.089.513 | 1.220.925 | 1.200.898 | 1.207.437 | 1.230.891 | 1.237.513 | 1.260.891 | 1.275.513 | 1.310.578 | 1.324.880 | 1.350.170 | 1.364.967 |
| COFINS a recuperar | | 4.810.897 | 5.146.893 | 5.566.355 | 5.667.558 | 5.944.796 | 6.173.005 | 6.689.908 | 7.223.871 | 6.912.394 | 5.874.880 | 5.894.535 | 5.731.716 |
| Credito cofins s/ estoque | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ICMS a Recuperar Outras Operações | | 546.997 | 373.788 | 470.210 | 467.329 | 645.229 | 107.241 | 182.504 | 43.022 | 226.540 | 16.329 | 85.053 | 157.565 |
| Imp de Renda Ret na Fonte- antes IRPJ | | 386 | 1.338 | 1.348 | 31.641 | 31.641 | 31.641 | - | - | - | - | - | - |
| Imposto de Renda Retido na Fonte-aplic-IRRF | | 19.500 | 27.011 | 37.581 | 18.993 | 29.840 | 12.669 | 21.208 | - | - | - | - | - |
| Imposto a receber de impostos de autorid | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Income taxes IR | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Income Taxes CSSL | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Devedores diversos | | 34.492 | 46.835 | 760.958 | 48.571 | 62.219 | 153.646 | 69.883 | 16.210 | 120.594 | 97.990 | 162.005 | 49.527 |
| A. Não Cíclico | | 501.343 | 380.070 | 1.163.626 | 1.192.581 | 1.104.530 | 1.994.013 | 1.728.124 | 1.489.332 | 1.235.066 | 1.611.018 | 1.041.848 | 477.774 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | | 501.343 | 380.070 | 1.163.626 | 1.192.581 | 1.104.530 | 1.994.013 | 1.728.124 | 1.489.332 | 1.235.066 | 1.611.018 | 1.041.848 | 477.774 |
| A. Não Cíclico | | 564.246 | 575.638 | 590.049 | 550.389 | 562.754 | 568.113 | 561.648 | 532.058 | 538.007 | 532.823 | 527.568 | 522.236 |
| REALIZAVEL DE LONGO PRAZO | | 564.246 | 575.638 | 590.049 | 550.389 | 562.754 | 568.113 | 561.648 | 532.058 | 538.007 | 532.823 | 527.568 | 522.236 |
| VALORES A RECUPERAR | | 391.370 | 402.762 | 407.173 | 377.513 | 369.681 | 375.040 | 368.575 | 338.885 | 344.834 | 330.750 | 334.495 | 329.163 |
| DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | | 172.876 | 172.876 | 172.876 | 172.876 | 193.073 | 193.073 | 193.073 | 193.073 | 193.073 | 193.073 | 193.073 | 193.073 |
| A. Não Cíclico | | 51.299.665 | 50.552.439 | 50.269.004 | 49.681.598 | 49.024.205 | 48.736.079 | 48.401.623 | 48.266.665 | 47.168.149 | 46.629.504 | 46.044.373 | 45.392.138 |
| PERMANENTE | | 51.299.665 | 50.552.439 | 50.269.004 | 49.681.598 | 49.024.205 | 48.736.079 | 48.401.623 | 48.266.665 | 47.168.149 | 46.629.504 | 46.044.373 | 45.392.138 |
| A. Não Cíclico | | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 |
| INVESTIMENTOS | | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 |
| A. Não Cíclico | | 50.641.428 | 49.912.849 | 49.648.456 | 49.079.285 | 48.440.542 | 48.231.054 | 47.855.214 | 47.738.942 | 46.659.057 | 46.275.617 | 45.709.112 | 45.075.827 |
| IMOBILIZADO | | 50.641.428 | 49.912.849 | 49.648.456 | 49.079.285 | 48.440.542 | 48.231.054 | 47.855.214 | 47.738.942 | 46.659.057 | 46.275.617 | 45.709.112 | 45.075.827 |
| Imovels | | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 12.851.729 | 13.541.535 | 13.541.535 | 13.541.535 | 13.541.535 |
| Equipamentos e instalaçoes | | 115.953.540 | 116.045.210 | 116.308.020 | 116.316.377 | 116.332.540 | 116.415.254 | 116.592.393 | 123.225.788 | 123.245.046 | 125.974.616 | 126.304.096 | 126.331.017 |
| Outros | | 3.540.622 | 3.559.831 | 3.581.723 | 3.592.613 | 3.619.199 | 3.642.583 | 3.643.042 | 3.715.201 | 3.813.470 | 3.838.168 | 3.852.689 | 3.924.617 |
| Imobilizado em andamento | | 8.852.839 | 9.070.397 | 9.378.255 | 10.049.626 | 10.426.734 | 11.193.378 | 11.654.590 | 5.250.941 | 5.161.545 | 3.153.554 | 3.377.558 | 3.780.212 |
| Depreciaçoes | | (90.557.302) | (91.614.317) | (92.671.270) | (93.730.419) | (94.789.660) | (95.837.089) | (96.886.539) | (97.994.522) | (99.102.856) | (100.232.255) | (101.366.766) | (102.501.853) |
| Adiantamentos e sobressaiente | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| A. Não Cíclico | | 378.938 | 360.291 | 341.649 | 323.015 | 304.365 | 285.726 | 267.111 | 248.424 | 229.794 | 74.589 | 55.863 | 37.312 |
| ATIVO DIFERIDO | | 378.938 | 360.291 | 341.649 | 323.015 | 304.365 | 285.726 | 267.111 | 248.424 | 229.794 | 74.589 | 55.863 | 37.312 |
| TOTAL DO ATIVO | | 144.288.966 | 149.927.643 | 157.298.107 | 151.592.925 | 139.510.782 | 137.535.892 | 140.177.825 | 144.354.535 | 143.176.977 | 132.161.731 | 128.138.563 | 128.741.237 |
| PASSIVO | | | | | | | | | | | | | |
| P. CIRCULANTE | | 25.366.445 | 32.149.340 | 38.051.094 | 32.286.923 | 20.032.689 | 17.948.002 | 19.646.175 | 23.326.065 | 22.745.223 | 18.584.973 | 14.996.799 | 16.675.393 |
| IMPOSTO DE RENDA | | - | - | - | - | - | 53.068 | - | - | - | - | - | - |
| PROVISÕES | | 820.632 | 1.032.643 | 866.103 | 678.562 | 860.731 | 872.455 | 839.389 | 279.278 | 79.990 | 46.994 | 21.864</ | |

| | jan/06 | fev/06 | mar/06 | abr/06 | mai/06 | jun/06 | jul/06 | ago/06 | set/06 | out/06 | nov/06 | dez/06 | |
|-------------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------|
| ATIVO | | | | | | | | | | | | | |
| A. CIRCULANTE | 66.614.143 | 66.305.165 | 65.933.510 | 66.738.867 | 62.826.955 | 64.648.018 | 70.153.883 | 67.689.487 | 67.981.678 | 60.197.592 | 61.265.050 | 62.739.554 | |
| A. Errático | DISPONIBILIDADE | 4.676.127 | 4.566.913 | 3.219.679 | 8.658.551 | 8.314.042 | 5.394.289 | 4.282.711 | 6.121.195 | 4.975.270 | 2.222.748 | 1.991.752 | 2.491.832 |
| | caixa | 33.190 | 31.627 | 33.135 | 32.312 | 32.312 | 26.980 | 26.103 | 23.036 | 25.189 | 20.744 | 21.947 | 20.055 |
| | bancos conta movimento | 2.013.600 | 1.882.111 | 503.301 | 5.917.020 | 5.544.331 | 2.603.481 | 1.466.375 | 3.282.945 | 2.106.844 | 779.217 | 545.386 | 1.032.911 |
| | aplicações financeiras | 2.629.337 | 2.653.175 | 2.693.243 | 2.709.220 | 2.737.399 | 2.763.828 | 2.790.233 | 2.815.214 | 2.843.236 | 1.422.787 | 1.428.866 | |
| A. Cíclico | CLIENTES | 16.522.892 | 14.182.870 | 17.646.912 | 15.437.012 | 13.230.352 | 11.269.259 | 23.243.128 | 18.677.338 | 22.871.930 | 19.118.244 | 18.348.370 | |
| | Duplicatas a receber de Coligadas | 6.207.160 | 5.042.242 | 9.183.106 | 6.179.216 | 4.444.051 | 1.901.371 | 13.837.756 | 9.166.960 | 12.886.411 | 9.420.552 | 8.783.264 | |
| | Duplicatas a receber de Terceiros | 10.315.712 | 9.140.628 | 8.463.248 | 9.277.240 | 8.786.301 | 9.367.888 | 9.605.372 | 9.710.378 | 9.983.519 | 8.699.364 | 8.561.106 | |
| | Provisão para devedores/dúvidosos | - | - | (19.444) | (19.444) | - | - | - | - | - | - | - | |
| A. Cíclico | ESTOQUES | 43.602.020 | 46.298.703 | 42.045.179 | 40.857.607 | 40.185.643 | 47.267.939 | 41.562.750 | 41.299.007 | 38.607.348 | 37.086.576 | 37.841.082 | |
| | Produtos Acabados | 28.054.928 | 30.391.372 | 28.505.365 | 29.829.958 | 30.003.272 | 37.476.264 | 31.706.529 | 30.119.260 | 28.211.468 | 26.361.319 | 30.864.043 | |
| | Produtos em Elaboração | - | - | (224.620) | - | - | 397.236 | - | - | - | - | 409.289 | |
| | Materias Primas | 10.985.392 | 11.116.431 | 8.903.393 | 6.182.284 | 5.790.921 | 4.928.551 | 5.266.037 | 6.260.637 | 4.744.420 | 5.605.263 | 5.802.947 | |
| | Material de embalagem | 1.236.259 | 1.438.488 | 1.518.247 | 1.326.330 | 1.047.598 | 1.021.443 | 1.024.246 | 1.164.887 | 1.294.721 | 1.331.462 | 954.842 | |
| | Material de consumo-automático | 3.325.441 | 3.352.432 | 3.342.793 | 3.519.035 | 3.343.852 | 3.444.444 | 3.565.951 | 3.754.223 | 3.734.349 | 3.788.531 | 3.780.382 | |
| A. Cíclico | OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Cíclico) | 1.813.103 | 1.256.678 | 3.021.741 | 1.785.697 | 1.096.918 | 716.532 | 1.065.294 | 1.391.947 | 1.527.130 | 1.770.025 | 2.959.905 | |
| | Adiantamentos Pessoal e Terceiros | 1.813.103 | 1.256.678 | 3.021.741 | 1.785.697 | 1.096.918 | 716.532 | 1.065.294 | 1.391.947 | 1.527.130 | 1.770.025 | 2.959.905 | |
| A. Não Cíclico | OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Não cíclico) | 15.039.973 | 15.084.336 | 15.745.447 | 15.931.415 | 15.899.250 | 16.594.574 | 18.399.194 | 19.425.350 | 20.036.058 | 21.561.496 | 22.686.659 | |
| | Impostos a recuperar | 15.027.425 | 15.069.714 | 15.722.117 | 15.816.957 | 15.756.530 | 16.463.211 | 18.230.159 | 19.304.707 | 19.882.455 | 22.676.447 | 23.999.514 | |
| | Imp renda a receber de autoridades | 126.665 | 133.859 | 143.559 | 148.003 | 148.814 | 155.432 | 162.034 | 169.197 | 175.343 | 138.687 | 144.937 | |
| | Imposto de Renda Pessoa Juridica-Antecipação | 3.104.318 | 3.130.826 | 3.261.031 | 3.290.563 | 2.825.779 | 2.825.779 | 2.794.619 | 2.644.403 | 2.533.405 | 2.604.524 | 3.302.074 | |
| | Contribuição Social Antecipação | 1.056.284 | 1.065.328 | 1.113.733 | 1.123.791 | 966.522 | 966.522 | 949.865 | 893.677 | 866.423 | 869.295 | 1.147.949 | |
| | ICMS a Recuperar | 1.883.468 | 2.472.711 | 2.716.412 | 2.740.074 | 2.709.028 | 3.059.252 | 3.422.572 | 4.025.504 | 4.656.215 | 5.655.078 | 6.187.578 | |
| | PII a Recuperar | 893.254 | 826.673 | 769.673 | 690.184 | 662.785 | 513.441 | 457.049 | 410.134 | 338.103 | 316.518 | 242.948 | |
| | ICMS complementar recuperável | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | ICMS Diferido ativo fixo | 382.858 | 357.257 | 336.554 | 318.453 | 300.611 | 271.434 | 312.225 | 296.011 | 279.592 | 246.465 | 228.273 | |
| | PSI a Recuperar | 741.143 | 785.130 | 827.449 | 805.036 | 807.337 | 796.057 | 1.001.490 | 856.915 | 841.626 | 1.133.946 | 1.460.507 | |
| | CORFINS a recuperar | 6.335.582 | 6.228.700 | 6.406.181 | 6.327.537 | 6.301.034 | 6.706.219 | 7.384.057 | 8.071.429 | 8.176.480 | 8.641.017 | 8.945.724 | |
| | Credito cofins e estoque | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | ICMS a Recuperar Outras Operações | 493.852 | 69.136 | 145.525 | 597.315 | 17.235 | 240.888 | 433.646 | 418.619 | 69.501 | 519.366 | 293.278 | |
| | Imp de Renda Ret na Fonte- antec IRPJ | - | - | - | - | - | - | - | - | 10 | 10 | - | |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte-aplic-IRRF | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | Income taxes IR | - | - | - | - | 7.465 | 8.589 | 9.705 | 10.966 | 12.917 | 13.928 | 14.872 | |
| | Income Taxes CSSL | - | - | - | - | 500.058 | 532.224 | 564.316 | 601.887 | 630.923 | 660.782 | 715.794 | |
| | Devedores diversos | 12.548 | 14.623 | 23.330 | 114.458 | 132.720 | 131.363 | 169.036 | 120.643 | 153.603 | 11.960 | 12.307 | |
| A. Não Cíclico | DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 522.819 | 396.324 | 299.761 | 172.815 | 1.572.794 | 2.438.647 | 2.098.037 | 1.763.122 | 1.455.784 | 1.332.896 | 842.412 | |
| A. Não Cíclico | REALIZAVEL DE LONGO PRAZO | 529.223 | 510.347 | 546.431 | 465.703 | 451.345 | 387.156 | 314.324 | 299.659 | 299.083 | 308.308 | 4.083.261 | |
| | VALORES A RECUPERAR | 336.150 | 328.848 | 316.665 | 302.169 | 287.811 | 297.970 | 225.138 | 209.374 | 194.048 | 200.951 | 3.977.259 | |
| | DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 193.073 | 181.499 | 229.767 | 163.534 | 163.534 | 89.186 | 89.186 | 90.285 | 92.035 | 98.132 | 106.002 | |
| A. Não Cíclico | PERMANENTE | 45.047.262 | 45.045.652 | 44.579.372 | 44.114.340 | 44.011.353 | 43.504.702 | 43.477.109 | 43.192.045 | 43.493.418 | 43.320.398 | 43.660.104 | |
| A. Não Cíclico | INVESTIMENTOS | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | 279.298 | (911.704) | |
| A. Não Cíclico | IMOBILIZADOS | 44.749.257 | 44.766.330 | 44.300.073 | 43.835.042 | 43.732.055 | 43.225.403 | 43.197.811 | 42.912.747 | 43.214.119 | 43.041.099 | 43.386.806 | |
| | Imovels | 13.541.335 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | 14.064.554 | |
| | Equipamentos e instalações | 126.366.114 | 128.949.935 | 128.949.935 | 128.949.935 | 128.949.935 | 128.949.935 | 128.949.935 | 128.229.307 | 129.229.307 | 129.229.307 | 129.343.534 | |
| | Outros | 4.016.178 | 4.344.085 | 4.362.140 | 4.380.873 | 4.382.665 | 4.223.181 | 4.556.637 | 4.569.760 | 4.763.684 | 4.896.547 | 5.013.792 | |
| | Imobilizado em andamento | 3.781.804 | 466.073 | 473.182 | 475.060 | 738.660 | 804.903 | 877.257 | 810.397 | 1.195.353 | 1.393.617 | 1.997.199 | |
| | Depreciacoes | (102.956.173) | (103.441.587) | (103.933.009) | (104.418.651) | (104.900.715) | (105.294.125) | (105.786.307) | (106.283.138) | (106.713.490) | (107.202.636) | (107.698.892) | |
| | Adiantamentos e sobressalente | 383.161 | 383.161 | 383.161 | 383.161 | 476.847 | 476.847 | 476.847 | 491.247 | 674.601 | 871.165 | 862.665 | |
| A. Não Cíclico | ATIVO DIFERIDO | 18.707 | 23 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| TOTAL DO ATIVO | | | | | | | | | | | | | |
| | 127.753.419 | 127.341.823 | 127.104.521 | 127.423.141 | 124.751.698 | 127.573.097 | 134.442.548 | 132.369.663 | 133.253.021 | 126.711.465 | 128.762.539 | 133.808.180 | |
| PASSIVO | | | | | | | | | | | | | |
| P. CIRCULANTE | 15.590.800 | 15.446.621 | 17.897.637 | 18.008.217 | 14.309.107 | 18.133.206 | 23.629.327 | 20.933.572 | 21.700.813 | 13.553.370 | 15.159.237 | 24.770.948 | |
| P. Errático | IMPOSTO DE RENDA | 64.833 | 4.554 | - | - | 35.017 | - | - | - | - | - | - | |
| P. Errático | PROVISÕES | 245.586 | 335.854 | 719.225 | 931.631 | 213.900 | 26.278 | 54.930 | 82.012 | 69.569 | 101.147 | 33.611 | |
| P. Errático | OUTROS DÉBITOS | 1.500.600 | 1.125.837 | 3.139.248 | 3.149.778 | 3.101.340 | 3.371.265 | 3.095.907 | 3.166.357 | 2.611.837 | 2.331.644 | 2.447.667 | |
| P. Errático | ADTO CONTRATO DE CÂMBIO -ACC BR | 2.707.355 | - | 3.584.194 | 934.101 | - | - | 6.336.929 | 5.527.085 | 2.917.708 | 96.145 | - | |
| P. Errático | VARIAÇÃO CÂMBIAL OPER. FINAN. ACC | (97.015) | - | 80.077 | (19.151) | - | - | (45.545) | (101.798) | 3.245 | (313) | - | |
| P. Errático | ADIANTAMENTOS | - | - | - | - | - | - | - | - | 522 | 522 | 262 | |
| P. Cíclico | FORNECEDORES | 7.804.226 | 10.703.985 | 7.766.112 | 10.517.237 | 8.060.676 | 11.633.674 | 10.972.943 | 9.041.761 | 12.656.001 | 7.348.173 | 8.733.483 | |
| | TERCEIROS | 7.660.662 | 10.589.617 | 7.168.832 | 9.946.825 | 7.426.404 | 9.818.087 | 9.547.840 | 9.020.557 | 11.405.854 | 6.928.158 | 8.980.089 | |
| | COLIGADAS E CONSOLIDADAS | 143.564 | 114.314 | 597.280 | 569.212 | 634.272 | 1.815.586 | 1.425.104 | 21.205 | 1.250.147 | 420.015 | 353.394 | |
| P. Cíclico | IMPOSTOS SOBRE VENDA | - | 4 | 3 | (3) | 13 | - | 7 | 11 | 11 | 1.018 | 11 | |
| P. Cíclico | IMPOSTO RETIDO | 279.932 | 171.269 | 525.726 | 194.350 | 451.957 | 328.609 | 347.184 | 232.401 | 252.775 | 244.686 | 256.563 | |
| P. Cíclico | OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS | 3.045.283 | 3.105.117 | 2.083.051 | 2.300.276 | 2.446.206 | 2.773.381 | 2.866.972 | 2.985.743 | 3.190.145 | 3.430.349 | 3.687.640 | |
| P. Não Cíclico | CAPITAL SOCIAL | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | |
| P. Não Cíclico | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | 16.810.452 | 16.543.036 | 13.854.717 | 15.090.424 | 14.067.724 | 15.461.054 | 16.083.924 | 16.200.041 | 17.805.928 | 18.261.136 | 13.685.066 | |
| P. Não Cíclico | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 112.162.619 | 111.895.202 | 109.206.884 | 109.414.923 | 110.442.590 | 109.439.891 | 110.813.221 | 111.436.091 | 111.552.208 | 113.158.094 | 109.037.232 | |
| TOTAL DO PASSIVO | | | | | | | | | | | | | |
| | 127.753.419 | 127.341.823 | 127.104.521 | 127.423.141 | 124.751.698 | 127.573.097 | 134.442.548 | 132.369.663 | 133.253.021 | 126.711.465 | 128.762.539 | 133.808.180 | |

| | jan/07 | fev/07 | mar/07 | abri/07 | |
|-------------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO | | | | | |
| | A. CIRCULANTE | 67.291.964 | 64.235.828 | 71.225.469 | 71.191.527 |
| A. Errático | DISPONIBILIDADE | 1.848.379 | 2.652.294 | 2.600.204 | 3.796.255 |
| | caixa | 14.424 | 9.914 | 33.116 | 25.018 |
| | bancos conta movimento | 379.098 | 1.183.129 | 1.095.133 | 2.287.758 |
| | aplicações financeiras | 1.454.858 | 1.459.250 | 1.471.956 | 1.483.478 |
| A. Cíclico | CLIENTES | 19.191.066 | 15.340.306 | 18.146.516 | 22.266.117 |
| | Duplicatas a receber de Coligadas | 10.436.690 | 6.846.603 | 8.396.220 | 12.701.044 |
| | Duplicatas a receber de Terceiros | 8.754.377 | 8.493.703 | 9.750.297 | 9.565.073 |
| | Provisão para devedores duvidosos | - | - | - | - |
| A. Cíclico | ESTOQUES | 42.287.515 | 45.016.969 | 47.620.345 | 42.260.627 |
| | Produtos Acabados | 31.027.772 | 34.142.367 | 35.104.521 | 31.326.395 |
| | Produtos em Elaboração | 80.806 | - | 354.124 | - |
| | Materias Primas | 6.503.220 | 6.259.660 | 7.388.420 | 6.032.292 |
| | Material de embalagem | 921.025 | 929.991 | 937.935 | 940.937 |
| | Material de consumo-automático | 3.754.692 | 3.786.050 | 3.835.345 | 3.961.583 |
| A. Cíclico | OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Cíclico) | 3.965.004 | 1.226.259 | 2.858.403 | 2.868.529 |
| | Adiantamentos Pessoal e Terceiros | 3.965.004 | 1.226.259 | 2.858.403 | 2.868.529 |
| A. Não Cíclico | OUTRAS CONTAS A RECEBER (A. Não cíclico) | 25.911.632 | 26.418.800 | 28.038.392 | 29.229.835 |
| | Impostos a recuperar | 25.909.507 | 26.413.146 | 28.034.047 | 29.222.998 |
| | Imp renda a receber de autoridades | 148.963 | 150.064 | 153.253 | 156.137 |
| | Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Antecipação | 3.255.879 | 3.252.314 | 3.278.149 | 2.918.861 |
| | Contribuição Social Antecipação | 1.130.376 | 1.129.062 | 1.174.809 | 1.146.195 |
| | ICMS a Recuperar | 8.789.558 | 9.808.312 | 10.271.777 | 11.039.227 |
| | IRPJ a Recuperar | 176.603 | 59.961 | 42.234 | 7.466 |
| | ICMS complementar recuperável | (154.966) | (154.966) | (154.966) | (154.966) |
| | ICMS Diferido ativo fixo | 229.273 | 229.273 | 205.244 | 205.244 |
| | PIS a Recuperar | 1.654.077 | 1.758.087 | 1.919.416 | 2.060.068 |
| | COFINS a recuperar | 8.837.130 | 8.882.760 | 9.514.123 | 10.161.974 |
| | Credito cofins s/ estoque | - | - | - | - |
| | ICMS a Recuperar Outras Operações | 858.043 | 275.512 | 592.171 | 702.979 |
| | Imp de Renda Ret na Fonte- antec IRPJ | - | - | - | - |
| | Imposto de Renda Retido na Fonte-aplic-IRRF | - | - | - | - |
| | Imposto a receber de impostos de autorid | 15.901 | 16.731 | 17.732 | 18.628 |
| | Income taxes IR | 723.809 | 752.931 | 752.937 | 683.129 |
| | Income Taxes CSSL | 244.861 | 255.006 | 267.169 | 278.059 |
| | Devedores diversos | 2.125 | 5.654 | 4.346 | 6.838 |
| A. Não Cíclico | DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 336.964 | 380.527 | 318.991 | 200.346 |
| A. Não Cíclico | REALIZAVEL DE LONGO PRAZO | 4.101.901 | 4.028.257 | 3.865.688 | 3.883.251 |
| | VALORES A RECUPERA | 3.998.599 | 3.924.955 | 3.756.639 | 3.774.202 |
| | DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE | 103.302 | 103.302 | 109.049 | 109.049 |
| A. Não Cíclico | PERMANENTE | 42.320.298 | 42.286.232 | 42.672.643 | 42.390.680 |
| A. Não Cíclico | INVESTIMENTOS | (911.704) | (911.704) | (911.704) | (911.704) |
| A. Não Cíclico | IMOBILIZADO | 43.232.002 | 43.197.935 | 43.584.346 | 43.302.384 |
| | Imoveis | 14.064.664 | 14.064.664 | 14.064.664 | 14.064.664 |
| | Equipamentos e instalaçoes | 129.348.632 | 129.643.281 | 129.643.281 | 129.643.281 |
| | Outros | 4.867.030 | 5.295.706 | 5.298.524 | 5.299.342 |
| | Imobilizado em andamento | 2.660.228 | 2.430.957 | 2.698.613 | 2.888.577 |
| | Depreciacoes | (108.591.207) | (109.089.736) | (109.592.593) | (110.095.336) |
| | Adiantamentos e sobressalente | 862.665 | 863.064 | 1.471.857 | 1.471.857 |
| A. Não Cíclico | ATIVO DIFERIDO | - | - | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | | | | |
| | | 139.962.759 | 137.349.643 | 146.121.183 | 146.895.639 |
| PASSIVO | | | | | |
| | P. CIRCULANTE | 30.175.930 | 27.354.110 | 35.439.740 | 35.800.018 |
| P. Errático | IMPOSTO DE RENDA | | | | |
| P. Errático | PROVISÕES | 83.263 | 59.987 | 77.910 | 120.743 |
| P. Errático | OUTROS DÉBITOS | 1.110.572 | 1.385.113 | 729.217 | 573.079 |
| P. Errático | ADTO CONTRATO DE CÂMBIO -ACC BR | 9.554.563 | 6.302.086 | 10.655.713 | 15.776.766 |
| P. Errático | VARIAÇÃO CAMBIAL OPER. FINAN. ACC | (12.929) | 69.465 | (159.731) | (106.039) |
| P. Errático | ADIANTAMENTOS | 262 | 262 | 43.583 | - |
| P. Cíclico | FORNECEDORES | 15.805.297 | 16.179.596 | 21.384.068 | 16.894.650 |
| | TERCEIROS | 15.706.171 | 16.160.757 | 20.982.934 | 16.739.382 |
| | COLIGADAS E CONSOLIDADAS | 99.126 | 18.839 | 401.134 | 155.268 |
| P. Cíclico | IMPOSTOS SOBRE VENDA | 1.277 | 1.325 | 1,277 | 1,277 |
| P. Cíclico | IMPOSTO RETIDO | 419.812 | 185.848 | 462.635 | 250.664 |
| P. Cíclico | OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS | 3.213.813 | 3.170.427 | 2.245.069 | 2.298.878 |
| P. Não Cíclico | CAPITAL SOCIAL | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 | 95.352.167 |
| P. Não Cíclico | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | 14.434.662 | 14.643.367 | 15.329.277 | 15.743.455 |
| | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 109.786.829 | 109.995.534 | 110.681.443 | 111.095.621 |
| TOTAL DO PASSIVO | | | | | |
| | | 139.962.759 | 137.349.643 | 146.121.183 | 146.895.639 |